



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 129**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, sexta-feira, 19 de fevereiro de 2016**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.*

Após a chamada às Sras. e Srs. Deputados, a reunião teve início com a discussão dos seguintes pontos:

- Continuação da discussão da [Anteproposta de Lei n.º 19/X – “Regime de responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo Serviço Nacional de Saúde e consagração do princípio da reciprocidade”](#), apresentada pelo Governo e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X – “Estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade”](#).

Após a intervenção do Deputado Artur Lima, os diplomas foram submetidos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 148/X – “Remoção das algas acumuladas no “porto velho”, na vila da Madalena do Pico, e realização de estudo que permita identificar as causas e efeitos dessa acumulação”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

A discussão da urgência e dispensa de exame em Comissão iniciou-se com a Deputada Zuraida Soares, tendo participado, de seguida, no debate os Deputados Miguel Costa (*PS*) e Cláudio Lopes (*PSD*), bem como a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Colocado à votação, o pedido foi aprovado por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 152/X – “Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Justificada a urgência pela Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), a mesma foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 152/X – “Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

O diploma foi apresentado pela Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), tendo intervindo no debate o Deputado Luís Garcia (*PSD*), as Deputadas Marta Couto (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*), os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco Coelho (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*), bem como o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Abreu*).

O diploma em apreço foi rejeitado.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 153/X - "Recomenda ao Governo da República a prorrogação da medida de dispensa do pagamento de contribuições para a segurança social,

relativamente aos produtores de leite de vaca cru, respetivos cônjuges e trabalhadores, e a revisão em baixa da taxa contributiva e eventual fixação de teto máximo de contribuição a cargo dos produtores agrícolas e respetivos cônjuges cujos rendimentos provenham única e exclusivamente do exercício da atividade agrícola, e das entidades empregadoras, na parte que lhes cabe quanto aos trabalhadores ao seu serviço, relativamente a atividades agrícolas”,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada a urgência de dispensa de exame em Comissão pelo Deputado Renato Cordeiro, participou no debate o Deputado António Parreira (*PS*).

Submetido à votação, o pedido foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Deputados Renato Cordeiro (*PSD*) e António Parreira (*PS*).

- Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 154/X – “Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

O debate teve início com a justificação da urgência pelo Deputado Luís Garcia (*PSD*).

Após a intervenção do Deputado José Ávila (*PS*) passou-se à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 155/X – “Pronúncia sobre a utilização civil e comercial da Base das Lajes”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência pelo Deputado Aníbal Pires, a mesma foi aprovada por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 155/X – “Pronúncia sobre a utilização civil e comercial da Base das Lajes”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

O debate iniciou-se com a intervenção do Deputado Aníbal Pires.

Colocado à votação, o projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Ribeiro (*PSD*), a Deputada Cláudia Cardoso (*PS*), bem como os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

- [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X – “Reformas Antecipadas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a justificação da urgência pela Deputada Graça Silveira, intervieram no debate os Deputados António Parreira (*PS*) e Renato Cordeiro (*PSD*), a Deputada Zuraida Soares (*BE*), e ainda os Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

O pedido em questão foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto a Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como os Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- Proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de fevereiro.

Colocada à votação, a proposta de deliberação em apreço foi aprovada por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 15 horas e 36 minutos.*

**Presidente:** Sr. Secretário, se quiser fazer o favor de fazer a chamada.

*(Eram 10 horas e 11 minutos)*

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

Maria da **Graça Oliveira Silva**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel António Moniz Costa**

**Nuno Miguel Aguiar de Meneses**

**Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Duarte** Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

**Humberto** Trindade Borges de **Melo**

**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Jorge** Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

**José** Maria de Medeiros de **Andrade**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** **Maurício** Mendonça Santos

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

**Paulo** Henrique **Parece** Batista

**Paulo** Jorge da Silva **Ribeiro**

**Renato** Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

**Valdemiro** Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

*Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)*

**Ana** Carina Alberto **Espínola**

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

*Partido Comunista Português (PCP)*

**Aníbal** da Conceição **Pires**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge** Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Terminámos, ontem, o debate e chegámos a fazer a votação na generalidade da **Anteproposta de Lei n.º 19/X**.

Entramos agora no debate e votação na especialidade.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

Tínhamos duas propostas de alteração a esse diploma, mas, ontem, após a reunião que tivemos aqui e também de pareceres que pedimos sobre essa matéria e sobre as dúvidas que existiriam se a ADSE continuaria ou não, ou estaria incluída nestes beneficiários do Serviço Regional de Saúde, lê-se do parecer que sim, embora a mim me subsista sempre alguma dúvida. O que é curioso e de justiça também referir é que a norma que garante isso é a mesma que estava inscrita no Orçamento de Estado do ano passado.

Portanto, o ano passado, era o artigo 151.º, do Orçamento de Estado do Governo da coligação, que dizia que “são suportados pelo Serviço Nacional Saúde os encargos com prestações de saúde realizadas por estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde aos beneficiários da ADSE”.

Curiosamente, esta norma é, na íntegra, também publicada no Orçamento de Estado para 2016 do Governo minoritário do Partido Socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português.

Portanto, sendo assim, retiramos as nossas propostas, mantendo a dúvida.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sendo assim, vamos fazer a votação na especialidade, sem considerar as propostas de alteração que ontem foram distribuídas por todos.

Coloco à Câmara a possibilidade de fazermos a votação em conjunto dos cinco artigos que compõem esta Anteproposta de Lei. Penso que não há oposição.

Sendo assim, estão à votação os cinco artigos que compõem esta Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos da Anteproposta foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Em votação final global a Anteproposta de Lei apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação na generalidade da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 67/X.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Penso que também não haverá oposição de fazer a votação conjunta.

Estão assim à votação os cinco artigos que compõem este DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos da proposta foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.



As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos avançar com a nossa Agenda.

Voltamos ao ponto onde ficamos antes de fazermos esta alteração da ordem dos pontos a debater e entramos no ponto 9: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 148/X – “Remoção das algas acumuladas no “porto velho”, na vila da Madalena do Pico, e realização de estudo que permita identificar as causas e efeitos dessa acumulação”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Alerto que inicialmente este era um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, agora é apenas pedido de urgência. E por isso mesmo, para justificar essa urgência, vou dar a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não vou repetir aquilo que a Sra. Presidente já fez o favor de esclarecer.

Na realidade, no Plenário passado, há cerca de um mês, o projeto de resolução do Bloco de Esquerda era com caráter de urgência dada a situação que, então, se vivia no porto da Madalena do Pico. Alguma coisa mudou, entretanto, neste espaço de um mês, mas o certo é que há perguntas para responder, nomeadamente o que é que provoca aquele fenómeno, e nada nos garante que ele não se volte a repetir, num futuro mais próximo ou menos próximo, se não soubermos exatamente quais são as suas causas e como é que lhe podemos pôr termo.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda considerou que era melhor, seria mais frutuoso, em termos de conhecimento e até depois em termos de decisão política, baixar à Comissão e fazermos um trabalho mais completo de audição e

de compreensão deste fenómeno e depois trazê-lo ao Plenário, em março, porque perder mais tempo não nos parece boa receita.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá aprovar esta urgência.

A resolução do problema, realmente, está conseguida, pelo menos por agora. O mau cheiro já acabou, houve um trabalho aturado, nas últimas três, quatro semanas, em que uma máquina removeu toneladas de algas, e isso até é reconhecido no próprio projeto de resolução, que houve um trabalho desenvolvido pela Portos dos Açores. Felizmente, também duas das questões que estavam referidas ou duas das resoluções que estavam referidas nesse projeto urgente foram, entretanto, realizadas e garantidas, a qualidade do ar e da água não está em causa, o que é bom para descanso e conforto da população. E, portanto, julgamos que a outra questão colocada e proposta é pertinente, um estudo para avaliar, e, nesse sentido, aprovaremos este projeto de urgência e discutiremos, com todo o gosto, em sede de Comissão.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD também vai votar favoravelmente esta urgência e aproveita para também sinalizar que, sobre esta matéria, e em 12 de janeiro do corrente ano, o PSD também tinha feito entrar, nesta Casa, um requerimento com o objetivo de perceber que medidas é que o Governo estava a implementar no sentido de

apurar as causas desta ocorrência e também de saber como solucioná-las para que elas não se repetissem de futuro, porque, na verdade, tudo leva a crer que, depois das obras construídas no interior da baía da Madalena, muito se alterou da hidrodinâmica das águas dentro daquela baía. E esta pode ser também uma dessas consequências.

E, portanto, importa fazer um estudo aprofundado dessa matéria e, nesse sentido, o PSD também concorda que seja feito esse estudo e que seja este assunto refletido com maior profundidade no seio da Comissão.

**Deputado André Bradford (PS):** Não é da urgência que a gente está a falar?

**O Orador:** Acontece, porém, que, relativamente àquilo que o Sr. Deputado Miguel Costa disse, a Portos dos Açores emitiu um comunicado, há bem poucos dias, dando nota de que tinha sido efetuado um estudo quanto à qualidade do ar daquela zona e confirma...

**Deputado André Bradford (PS):** É a urgência, não é?

**O Orador:** ... que a qualidade do ar é boa, como, aliás, também já tinha confirmado que a qualidade das águas era boa. Mas acontece que este estudo feito da qualidade do ar é feito a 25 de janeiro do corrente ano, numa altura em que já não se sentem odores na vila da Madalena. Quando esses odores se sentiam com grande intensidade, provocando cheiros nauseabundos na população, o estudo não acontece,...

**Presidente:** Sr. Deputado Cláudio Lopes, penso que já lhe dei margem suficiente para expor a sua posição! Terá que se manter no âmbito do debate da urgência.

**O Orador:** ... acontece quando os cheiros deixaram de existir.

Eu compreendo, Sra. Presidente. Naturalmente que este assunto há de ser analisado em Comissão e depois, aqui, em Parlamento, mas só para dar nota de que a Portos dos Açores, mais uma vez, não age a tempo e horas, reage apenas.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Cláudio Lopes!

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS concorda que este assunto é urgente, até porque, como disse o Deputado Miguel Costa, esta situação não está resolvida, foi necessário, obviamente, tirar todo aquele material que estava num processo de putrefação e que estava a libertar odores, agora, não podemos ficar recorrentemente a retirar uma acumulação excessiva de algas que se passou a verificar após a construção do terminal João Quaresma e que é fundamental se perceber quais são as causas que estão a conduzir a este desequilíbrio para se poder atuar sobre elas e não deixarmos a Portos dos Açores, *ad aeternum*, todos os dias a retirar este amontoado de algas que se passou a verificar.

E, portanto, exatamente aproveitar que, neste momento, se conseguiu estancar...

**Deputado André Bradford (PS):** É sobre a urgência!

**A Orador:** ... a situação dos odores e avaliar o que é que se está efetivamente a passar, ou seja, quais são as causas que levaram a esta acumulação excessiva de algas e respetivo material putrefato que se passou a acumular no centro da vila da Madalena.

E, portanto, nós concordamos que este assunto é da maior urgência e que deve ser levado à Comissão.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o ponto 10: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 152/X – “Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Como nos pedidos de urgência apenas um dos requerentes pode justificar a urgência, pergunto se... Será a Sra. Deputada Graça Silveira.

Tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que é consensual que as questões referentes aos recursos localizados no território marinho dos Açores são questões que todos nós queremos ver salvaguardadas, no entanto, existe um vazio legal ao nível da Constituição sobre os mecanismos de operacionalização dos direitos da região sobre estes recursos. Segundo o acórdão do Tribunal Constitucional, quem tem competências para legislar sobre esta matéria será a República e, portanto, é de todo o interesse que este Parlamento se antecipe e defina claramente quais são as matérias que nós consideramos que podem e devem ser partilhadas e a forma como essa partilha se pode processar.

Mais. Acresce que, neste momento, ao nível da República, temos uma nova legislatura e, portanto, é possível que seja aberto um processo de revisão da Constituição e que todas estas matérias venham a ser abordadas e, portanto, consideramos que é de todo o interesse que a região se antecipe, faça o seu trabalho para que, quando isso passe a vir a discussão, nós saibamos definir claramente qual é que é a nossa posição e acresce, obviamente, o facto que todos nós sabemos que foi feito um pedido para o alargamento da Plataforma Continental, que, muito em breve, será dada a conhecer a resposta desse alargamento, e, se assim for, os Açores passam a estar no epicentro de uma das

zonas mais ricas em termos de recursos marinhos e, portanto, temos todo o interesse em ter toda esta situação resolvida.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então, tendo sido aprovada a urgência, avançar agora para o projeto de resolução em si.

Sendo esta uma iniciativa subscrita por mais do que um partido, os tempos definidos são ligeiramente diferentes. Nesta caso, cada um dos subscritores tem mais cinco minutos ao tempo que é habitualmente utilizado.

Tem então a palavra agora a Sra. Deputada Graça Silveira para apresentar o diploma.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

### **Definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas**

O elevado potencial económico da exploração dos fundos oceânicos, considerando os depósitos minerais conhecidos que se concentram nos fundos marinhos contíguos ao arquipélago, permite antever investimentos estruturantes ou de valor estratégico para a economia açoriana. É, pois, fundamental que as

questões referentes aos recursos geológicos localizados no território marítimo da Região Autónoma dos Açores, em especial os situados para além do mar territorial, sejam devidamente salvaguardadas.

No que respeita ao mar e, em particular, ao domínio público marítimo, no qual se incluem os recursos minerais marinhos situados no mar e na plataforma continental contíguos ao arquipélago dos Açores, o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores no seu artigo 8º estabelece um modelo de repartição das atribuições e competências que, no âmbito da função administrativa, pertencem ao Estado e/ou à Região Autónoma dos Açores, delimitando três domínios distintos em termos de competências:

- uma reserva absoluta do Governo da República, respeitante a todas aquelas competências que envolvam o exercício de prerrogativas soberanas ou que, pela sua natureza, devam ser exercidas de forma unitária em todo o território nacional;
- uma competência tendencialmente reservada à Região de licenciamento (e atuações afins) nas áreas da extração de inertes, das pescas e da produção de energias renováveis;
- uma ampla zona de competências concorrenciais entre o Estado e a Região, a qual deve subordinar-se a um princípio de gestão partilhada, cujo domínio de competência é o que por ora nos interessa.

Dispõe o referido preceito legal, no seu nº 3 que *“Os demais poderes reconhecidos ao Estado Português sobre as zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional adjacentes ao arquipélago dos Açores, nos termos da lei e do direito internacional, são exercidos no quadro de uma gestão partilhada com a Região, salvo quando esteja em causa a integridade e soberania do Estado.”* (sic).

Tal significa que, com exceção das situações previstas no nº 2, ou seja a competência para o licenciamento das atividades de extração de inertes, da pesca e da produção de energias renováveis, em que se transfere a plenitude do

direito de licenciar, todos os “demais poderes” sobre as zonas marítimas só podem ser exercidos pelos órgãos administrativos da Região Autónoma dos Açores de forma “conjunta” ou “partilhada” com os órgãos administrativos da República.

A titularidade dos poderes de administração das zonas marítimas continua a pertencer ao Estado, apenas se transferindo para a Região uma parte do exercício desses poderes (cfr. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 215/2014). Isso significa que o legislador deve estabelecer mecanismos de codecisão ou de cooperação, ou procedimentos reforçados de consulta, que se impõe face ao vazio legislativo nesta matéria, e que prejudica os interesses dos Açores.

Não pode haver uma verdadeira gestão partilhada sem uma intervenção legislativa que determine os termos dessa mesma partilha, pois os meios para a participação e manifestação da vontade dos vários órgãos competentes na gestão das zonas marítimas não são uniformes, podendo cobrir práticas muito diversificadas, que vão desde a simples consulta à codecisão.

Acresce que, para além do necessário limite da integridade e soberania do Estado, o artigo 8.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores não densifica o princípio da gestão partilhada. Na verdade, em cada utilização concreta do domínio público marítimo não se sabe, nem é possível saber, por falta de regulamentação, como é que os diversos órgãos competentes podem partilhar a gestão dessa utilização. Ora, num domínio em que existem atribuições de exercícios comum e repartido, surge como imperiosa a definição daquilo que se pode ou não partilhar, assim como dos termos concretos em que se processa essa partilha.

As concretas formas de utilização do domínio público, nomeadamente quanto ao regime de licenciamento e contratos de concessão, são uma das matérias incluídas no n.º 2 do artigo 84.º da CRP que escapam à previsão do artigo 165.º, n.º 1, alínea v) da CRP e por isso, cabem na "concorrência legislativa



concorrente da Assembleia da República e do Governo” (cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, in Constituição da República Portuguesa anotada, 2007, Vol I. pág. 1007).

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP e a Representação Parlamentar do PPM, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31.º, n.º1, alínea d), e 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e nos artigos 43.º e 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresentam o seguinte Projeto de resolução:

É constituída uma Comissão Eventual para o estudo e elaboração dos projetos de iniciativas legislativas que se mostrem necessárias para a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas expressos no artigo 8.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A Comissão tem por objeto:

- a) A inventariação da legislação que deva ser alterada, bem como a identificação das novas iniciativas que se mostrem adequadas, tendo em vista a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região sobre as Zonas Marítimas Portuguesas, no âmbito do artigo 8.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores;
- b) A elaboração de propostas relativamente às iniciativas legislativas que se mostrem necessárias para a definição do princípio da gestão partilhada dos recursos minerais marinhos sob o domínio público marítimo.

A Comissão desenvolverá todas as diligências necessárias ao adequado cumprimento das suas tarefas, podendo designadamente:

- a) Promover a auscultação de personalidades ou entidades, públicas ou privadas, cujo contributo se mostre relevante para a concretização dos seus objetivos;
- b) Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a personalidades ou entidades de reconhecida competência e idoneidade;

c) Aceitar e apreciar outros contributos provenientes de quaisquer pessoas ou entidades.

A Comissão é composta por treze deputados, sendo sete do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, um do Partido Popular, um do Bloco de Esquerda, um do Partido Comunista e um do Partido Popular Monárquico.

A Comissão fica investida dos poderes previstos no n.º 2 do artigo 123.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativamente às iniciativas legislativas que integram o respetivo objeto.

A Comissão apresentará ao Plenário da Assembleia Legislativa o respetivo relatório final, incluindo as propostas de diploma, no prazo de 90 dias, a contar da sua constituição.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Convém que haja, para não passarmos de imediato à votação.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para o PSD Açores todos os instrumentos que possam contribuir para clarificar e aprofundar as competências da nossa região são bem-vindos e se há matéria que precisa dessa clarificação e aprofundamento é a relacionada com as

questões do mar, especialmente na operacionalização do conceito de gestão partilhada, que está consagrada na legislação.

A criação desta Comissão Eventual, agora proposta pelo CDS-PP e pelo PPM, pode constituir um instrumento útil nesse domínio. O papel que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pode ter na clarificação e aprofundamento dessas nossas competências e dos direitos sobre as zonas marítimas e sobre os fundos marinhos pode ser decisivo e esse papel pode ser exercido, no nosso entendimento, de várias formas. Pode e tem exercido esta Assembleia o seu papel legislativo, por outro lado, pode e tem também exercido dando os seus pareceres e, em muitos casos, contestando legislação que viola as nossas competências e direitos, mas pode também, no nosso entendimento, a Assembleia dar o seu contributo para ajudar a definir os mecanismos para a operacionalização dos direitos da região sobre as zonas marítimas portuguesas, especialmente o princípio da gestão partilhada.

Pode, em resumo, ajudar a fazer o nosso trabalho de casa e é nesse sentido que vai esta proposta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre estas matérias tem existido, ao longo dos anos, muitos diferendos com a República, mas também tem havido, nos últimos tempos, por parte de alguns atores políticos, muita guerrilha partidária, que não ajudou a debelar estas questões.

Precisamos, neste domínio, Sras. e Srs. Deputados, de muita firmeza e muita persistência, mas precisamos também, Sras. e Srs. Deputados, de muito trabalho, muita capacidade e disponibilidade para o diálogo e de muita pedagogia. Esta Comissão, a ser criada, pode também dar um contributo sério e alicerçado na resolução destas questões, que não são só importantes para a região, mas também são importantes para o país.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(\*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Já por diversas vezes se pronunciou esta Assembleia, seja por iniciativa própria, dos seus deputados ou quando a tal foi chamada através de pareceres emitidos em relação a iniciativas da República sobre as questões atinentes ao mar. Estas questões encerram toda uma preocupação subjacente, que a nós concerne de forma muito especial e pelos motivos óbvios, preocupação essa que se tem manifestado nas mais diversas formas, como as recentes oposições unânimes desta Casa a diplomas da República que desrespeitavam o princípio da gestão partilhada, consagrada no nosso Estatuto Político-Administrativo, somente como exemplo.

O mar tem merecido, deste modo, por parte desta Casa e dos seus deputados, atenção e dedicação aturadas, o maior cuidado, nunca, em momento algum, tendo sido remetido para plano de menor importância.

A defesa dos direitos dos Açores em relação ao mar tem sido feita, as posições dos Açores têm sido expressas e sempre que achamos que aqueles direitos não tinham sido salvaguardados ou respeitados recorremos às instâncias competentes.

Temos feito, no fundo, o nosso trabalho e bem feito.

O Partido Socialista, com todo o respeito e dedicação a esta temática, que creio que lhe são reconhecidos, onde nos temos esforçado por alcançar posições unânimes, nesta Casa, acredita que, no respeitante às questões atinentes ao mar, estas não podem, de modo algum, ser tratadas com ligeireza.

Também há que reconhecê-lo que tem sido feito um grande trabalho por parte do Governo Regional, um árduo e aturado trabalho no domínio das políticas do mar. Veja-se a contestação ao projeto lei sobre as bases do regime jurídico da revelação e aproveitamento dos recursos geológicos existente no território

nacional, incluindo os do espaço marítimo nacional, as várias posições públicas emitidas neste domínio, bem como a apresentação do pedido de fiscalização sucessiva da legalidade e da constitucionalidade da lei de bases da política do ordenamento e gestão do espaço marítimo.

Por termos trabalhado de forma tão incessante nas questões do mar e pelo facto de esta Assembleia já ter emitido, por diversas vezes, posições bastante vincadas e determinantes sobre os direitos que aos Açores assistem no domínio do mar e certa de que continuaremos a fazê-lo constantemente, sempre que assim formos chamados a fazê-lo, reconhecendo o trabalho que sempre tem sido feito pela Comissão competente em razão da matéria, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho desta Casa, neste âmbito específico, o Partido Socialista considera que esta Comissão detém condições plenas para continuar a exercer esta competência e para continuar a corresponder às iniciativas políticas ou normativas que lhe forem apresentadas, de acordo com o quadro legal que assim lhe permite.

Muito obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Este projeto de resolução de iniciativa do CDS-PP que estamos, neste momento, a debater, na sua exposição de motivos, termina da seguinte maneira: “Urge, pois, que se adotem atitudes e medidas conducentes à definição das competências e métodos de codecisão ou gestão partilhada antes do país ser confrontado com a expetável decisão das Nações Unidas à pretensão portuguesa para o alargamento da sua Plataforma Continental”.

O Bloco de Esquerda está perfeitamente de acordo com esta escrita, digamos assim, com esta forma de enquadrar esta problemática e acrescentar-lhe-ia o

seguinte: antes que, na realidade, o país seja confrontado com o alargamento da sua Plataforma Continental, e também antes que os tubarões que nos rondam entrem pelos nossos fundos marinhos adentro e escavaquem e saquem tudo aquilo que for possível.

Nesse sentido, não poderemos deixar de dar a nossa aprovação e o nosso voto positivo à constituição de uma Comissão Eventual que estude e elabore projetos de iniciativa legislativa que possam, de alguma forma, impedir que tal venha a acontecer.

Dizer também, a este propósito, que esta preocupação espelhada no projeto de resolução, ou a que o projeto de resolução do CDS dá corpo, é uma preocupação partilhada com o Bloco de Esquerda, desde há bastante tempo, e tanto é assim que o nosso programa nacional, o programa eleitoral do Bloco de Esquerda nacional, que foi apresentado ao povo português nas últimas eleições à Assembleia da República, tem claramente expresso nesse programa exatamente a defesa da RAA, que, no nosso entendimento, tem que passar, deve passar por lhe atribuir poder vinculativo, e não meramente consultivo, em duas questões fundamentais: uma, a gestão do mar; a outra, os tratados internacionais, cuja discussão, agora, não vem aqui ao caso. Mas, no que diz respeito ao mar, à sua gestão, à tal plataforma que vai fazer de nós, digamos, o alvo da cobiça de muitas multinacionais e de muitos interesses espúrios aos nossos próprios interesses, a posição da região deve ser vinculativa face ao Estado português.

Estamos conscientes de que esta reivindicação, que faz parte do nosso programa nacional, implica, obviamente, uma revisão quer da Constituição da República Portuguesa, quer do Estatuto Político-Administrativo da RAA. E o Bloco de Esquerda, tanto nos Açores quanto na República, está absolutamente disponível para esta revisão.

Portanto, na realidade, quanto mais cedo abordarmos e esclarecermos, de uma forma clara e concretizada em letra de lei, e não meramente dependente da

bondade ou da boa-fé ou da cor política do Governo da República, que conjuntamente esteja lá, mas dizia que quanto mais depressa abordarmos e concretizarmos em letra de lei todo este tipo de preocupações e de reivindicações melhor, até porque, como será óbvio para todas e todos os Srs. Deputados, nós estamos, no fundo, a garantir o futuro dos Açores, contribuindo, desde logo, para um novo paradigma económico, para um novo paradigma de desenvolvimento e, portanto, para um novo patamar para a nossa região, no qual o mar é um elemento absolutamente essencial, se não o mais essencial.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

*(Diálogo entre o Deputado Berto Messias e o Deputado Artur Lima)*

**O Orador:** Oh, Sra. Presidente, isto parece ...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que estão agora reunidas as condições.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isto há muita história aqui, ainda!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Qual é o seu problema?

**O Orador:** O meu problema é que cada vez que começo a falar há um barulho tremendo, nesta Câmara!

Devo então dizer o seguinte.

Eu considero que esta iniciativa que aqui é apresentada e da forma como foi apresentada, uma forma séria, não há aqui sectarismo, há aqui a defesa do interesse regional, há aqui a defesa do interesse autonómico. Há o reconhecimento que é uma zona de enorme conflitualidade com o Estado, com a independência de quem estiver no exercício do poder, em Lisboa, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que vergonha!

**O Orador:** ... com independência, com interesses permanentes do Estado e há interesses permanentes de autonomia.

O documento que aqui é apresentado, ao contrário do que aconteceu nos dias anteriores, não é um documento de guerrilha política, não é um documento sectário, nem sequer é um documento que vá buscar o mérito do CDS ou do PPM, há aqui o interesse específico objetivo que é a defesa do interesse da autonomia dos Açores face ao potencial, ao enorme potencial de conflitualidade que existe com o Estado nesta matéria.

E digo-vos uma coisa, e apresentar um documento deste tipo, sem uma réstia de sectarismo, a poucos meses das eleições, demonstra o voluntarismo político que nos anima na defesa da autonomia, demonstra, porque é evidente, ao não acentuar diferenças, ao nem sequer atribuir culpas, ao dizer que aqui o importante é unir todos os partidos, todos os agentes políticos dos Açores na defesa da autonomia dos Açores, eu penso que nós estamos a prestar um grande serviço aos Açores e não estamos minimamente preocupados com eleições, não estamos minimamente preocupados em retirar daqui qualquer tipo de potencial político para as eleições que se aproximam. Há uma preocupação que se centra na defesa da autonomia e os senhores o que nos vêm aqui dizer, “Não! Está a correr tudo bem! Há algum problema? Há alguém que nos queira tirar o dinheiro, há alguém que se queira antecipar, há alguém que diga isto é tudo nosso e os Açores não têm aqui, nesta matéria, uma série de adversidades, uma série de dificuldades?”. Bem, para o Partido Socialista parece que está a correr tudo bem. Não está! A verdade é que não está.

Termino só com duas observações.

Em primeiro lugar, um anterior membro do Governo da República dizia o seguinte: “O potencial a médio/ longo prazo da exploração do mar significará, em Portugal, 67 mil milhões de euros”, poderá significar 67 mil milhões de euros. Estamos a falar de valores absolutamente extraordinários. Esta Comissão



Eventual está a trabalhar na defesa do que significará, daquilo que significa muito do futuro dos Açores e isto é absolutamente fundamental que, da nossa parte, constitua uma prioridade extraordinária.

Para terminar, dizer o seguinte.

É um sinal político também, que era importante, neste momento, nesta conjuntura, que o Parlamento dos Açores desse, a criação da Comissão Eventual. Há também uma sinalização política importante, que seria absolutamente fundamental que fosse tomada essa decisão. Por isso, eu espero que a vossa posição seja uma posição da defesa do interesse global, da defesa do interesse dos Açores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pareceu-me perceber nas palavras da Deputada Marta Couto que este assunto trazido aqui sobre esta forma era de uma ligeireza.

**Deputado André Bradford (PS):** Não, não! Percebeu mal!

**A Oradora:** Pareceu-me perceber que este era um assunto da maior importância e que não podia ser tratado com esta ligeireza. Pois, eu pergunto, fazer uma Comissão, constituir uma Comissão que vá, de uma vez por todas, definir o que é que a região considera que pode e deve partilhar e em que termos práticos é que se deve processar essa partilha, acabando com o vazio legal que tem dado espaço à maior guerrilha entre a região e a República, umas vezes dependente da boa vontade da República, outras vezes por interesse regional dizer que a República é muito má e que nos exclui dos assuntos do mar, quando finalmente há a possibilidade de fazer um estudo sério onde a região se expressa claramente sobre aquilo que considera sobre o assunto, os senhores acham que afinal o vazio legal estava muito bem e que este...

Posso ter entendido mal e agradecia que me esclarecessem se assim não for, porque, caso contrário, os senhores, que tanto querem rever a autonomia, a realidade é que quando podem fazer uso das suas prerrogativas autonómicas não fazem e isso é, no mínimo, contraditório.

Muito obrigada.

**Deputado André Bradford (PS):** Isso foi o que disse a sua chefe!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às onze e um quarto.

*Eram 10 horas e 57 minutos.*

**Presidente:** ...

*Eram 11 horas e 20 minutos.*

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco Coelho, a quem dou a palavra.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Prescindo.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, tem então a palavra.

O Sr. Deputado Francisco Coelho prescindi.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Dizer o seguinte. Antes ou depois da Deputada Marta Couto falar, foi a minha intervenção, e eu confesso que estava concentrada naquilo que ia dizer e na ordem que ia dar à minha exposição e fiquei na dúvida se as palavras finais da Sra. Deputada Marta Couto queriam, de facto, dizer que o Partido Socialista se

está a preparar para reprovar, chumbar esta iniciativa do CDS, mas agora já não tenho dúvidas, porque, afinal,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** CDS e PPM!

**A Oradora:** Do CDS e do PPM, peço desculpa, Sr. Deputado!

... eu não tinha percebido bem, mas agora já estou completamente esclarecida e devo confessar que o Partido Socialista tem, de facto, sobretudo o Partido Socialista Açores, esta faculdade, não sei que lhe chame, não sei se positiva ou negativa, de me conseguir surpreender, normalmente não pela positiva, e também confesso que desta vez não é uma surpresa, é um absoluto choque.

Sras. e Srs. Deputados, nós, ontem, tivemos aqui um debate sobre a fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva, outra vez! Fizemos aquilo que compete a esta Casa fazer, outra vez, que é reivindicar da República aquilo que a República tem a obrigação de dar à RAA em termos do cumprimento dos seus serviços, neste caso, da fiscalização da nossa Zona Económica Exclusiva; fizemos todos, incluindo o Partido Socialista, um belo discurso sobre a matéria, sobre a nossa Zona Económica, as suas riquezas, a necessidade de a fiscalizar, de não deixarmos que nos roubem, tudo o mais, mas, agora, que temos a possibilidade de criar uma Comissão Eventual que porá em letra de lei, ou, pelo menos, é esse o seu último desiderato, esta defesa e esta capacidade de não depender dos humores dos Governos da República, o Partido Socialista diz que não. Mas este é o mesmo Partido Socialista que apresentou, nesta região, com grandes parangonas, uma proposta de reforma da autonomia, de aprofundamento da autonomia, e, nessa altura, quer publicamente, quer diretamente ao Sr. Presidente do Governo Regional, enquanto Presidente do Partido Socialista Açores, o Bloco de Esquerda teve a ocasião de dizer que era bom não confundirmos o essencial com o acessório. Os Conselhos de Ilha, esse tipo de mudanças, algumas delas importantes, mas são acessórias relativamente àquilo que é fundamental para esta região, que é garantir o seu futuro, é mudar o seu modelo de desenvolvimento, é passá-lo e levantá-lo para uma alavanca

onde ele ainda não se encontra, e a esta possibilidade o Partido Socialista diz não.

Sras. e Srs. Deputados, na nossa opinião, do Bloco de Esquerda, isto só pode querer dizer uma coisa: o Partido Socialista, das duas uma, ou não tem uma estratégia para o desenvolvimento económico desta região, ou não tem ordem do Partido Socialista nacional para fazer...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Claro!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Aí está!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ora aí está!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É hora de perguntar: por que será?

**A Oradora:** ... aquilo que este projeto de resolução implica. Ou então, Sras. e Srs. Deputados, são as duas coisas ao mesmo tempo.

De qualquer modo, seja qual for a situação, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, este chumbo, além de absolutamente incompreensível, é inaceitável, sobretudo vindo de um partido que, já durante esta sessão legislativa, impediu a continuação de uma Comissão Eventual de operacionalização do Estatuto Político-Administrativo desta região, que deu frutos enquanto funcionou, que deu frutos para esta região e para esta Casa e, portanto, para os açorianos e açorianas, e deu frutos em termos de democracia e de prática democrática, para esta região, o Partido Socialista não quis que essa Comissão de operacionalização do estatuto voltasse novamente a funcionar e agora não quer que uma Comissão, que seria o garante, ou poderia ser o garante finalmente daquilo que verdadeiramente importa, que é defender o mar dos Açores em todas as suas vertentes, diz que não. Bem fez o Bloco de Esquerda quando, em tempo oportuno, consignou, no seu programa nacional, este desiderato, aliás, o único partido, já agora (não é costume o Bloco de Esquerda pôr-se em biquinhos de pés, mas agora vou fazê-lo), da região que tem consignado no seu programa nacional este aspeto que eu, na minha primeira intervenção, referi.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, isto, de facto, é incompreensível, é inaceitável, o Partido Socialista pode argumentar como quiser e como entender, não há nenhuma justificação para o povo açoriano compreender que se perca uma oportunidade como esta e, mais, que não se dê a esta Casa a capacidade que ela tem ou a obrigação que ela tem de garantir que as riquezas dos Açores ficam nos Açores, são dos açorianos e das açorianas e não são de outros...

**Presidente:** Agradeço que termine. Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... interesses que nos rondam.

Muito obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista dá e sempre deu comprovadamente a importância grande que este assunto tem nas questões autonómicas.

Deu-a, desde logo, com o contributo decisivo de consagrar o conceito de gestão partilhada aquando da terceira revisão estatutária.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Demos todos!

**O Orador:** Tem-no dado ao longo do tempo. Não são, Sra. Deputada Zuraída Soares, belos discursos, são atos. Eu vou lembrar-lhe alguns números, embora não seja bem a minha especialidade.

Nesta legislatura, o Partido Socialista, nesta Casa, apresentou três iniciativas relacionadas com o mar; o Partido Comunista Português também três iniciativas; o PSD duas; o CDS-PP zero; o PPM zero; o Bloco de Esquerda zero.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** E?

**O Orador:** Se virem os pareceres...

Não são discursos, Sra. Deputada! É isso que eu estou a dizer!

... que nós temos dado à República sobre esta matéria, verão que o Partido Socialista tem uma opinião fundamentada, consolidada, eu diria, como a Sra. Deputada Graça Silveira, densificada, de três, quatro páginas sobre esta matéria. O Partido Socialista não faz telegramas tipo “o partido tal está contra esta iniciativa stop”; o Partido Socialista trabalha e fundamenta o que pensa sobre esta matéria.

De resto, há aqui uma questão que tem que ser absolutamente clarificada, porque este debate, que parte de mansinho, tem que ser desmascarado.

Em primeiro lugar, a urgência que nós, aqui, votámos, em termos políticos, sobretudo devido à fundamentação que tem, não bate a bota com a perdigota. A revisão constitucional está aberta por dois terços,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Porque os senhores aprovaram!

**O Orador:** ... desde 2010 (desde 2010!).

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Então, por que é que o senhor aprovou?

**O Orador:** E não vi urgência do CDS-PP nem do PSD quando foi aprovada a Lei de Bases do Ordenamento do Território Marítimo, quando foi aprovada a sua respetiva regulamentação.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Aí não havia urgência nenhuma! Será que era porque a Sra. Ministra Cristas era do CDS-PP e era da coligação?

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não interessa a cor política!

**O Orador:** É essa a pergunta que deixo no ar! Mas ainda bem que um Governo socialista da República serve para o CDS-PP se converter à matéria autonómica ao nível dos direitos do mar! É uma grande conquista, é mais um bónus que temos por ter um Governo do Partido Socialista. É bom que isto fique absolutamente claro. Esta questão já se põe há muito tempo e só agora é que é levantada.

Depois, também não percebo uma coisa. Agora podemos fazer uma revisão constitucional, mas, desculpem, os senhores não são apoiantes da ex Sr. Ministra do Mar, Cristas, que, há uma semana, disse, nesta região, que isto de revisão constitucional e reforma de autonomia não fazia sentido nenhum?

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** São ou não são? É porque assim, minhas senhoras e meus senhores, não nos entendemos.

Depois, também há mais uma coisa, Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Ah, está a falar para o Sr. Deputado Artur Lima. O diploma não é do CDS-PP!

**O Orador:** Não, eu estou a falar do Sr. Deputado Artur Lima, já explico porquê.

Sr. Deputado, e olhe que eu não sou do PSD, sou absolutamente insuspeito.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor já se mudou de partido! Não era do PSD, mas era de outro!

**O Orador:** E hei de mudar sempre que quiser! Para o seu não estou nada inclinado! Nada inclinado!

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)*

Agora, quero dizer-lhe uma coisa: o Sr. Deputado tem batido no PSD com a história (aliás, nós também não concordamos) do Presidente da Região, o Sr. Deputado elencou todos os Presidentes dos Açores e o que tem para o mar surge agora e é criar mais um Presidente de Comissão Eventual?

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não há outras soluções? Não há uma Comissão Permanente com esta competência?

Venham essas iniciativas! Esta Comissão tem cumprido o seu trabalho, esta Comissão...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É um trabalho transversal a várias comissões!

**O Orador:** ... já deu 15 pareceres em audições à República sobre matéria do mar de forma absolutamente direta, deu mais nove de forma indireta. Surjam as iniciativas junto desta Comissão, que nós queremos resolver este assunto e estaremos, com certeza, à altura de o resolver.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Agora, é bom que fique claro que é de forma tardia...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É para poupar?

**O Orador:** ... e contraditória que o CDS-PP se lembrou do mar, de forma tardia e contraditória.

E, portanto, o Partido Socialista, de forma clara, Sra. Deputada Zuraida Soares, pensa que este não é o caminho, mas fique V. Ex.<sup>a</sup> descansada que nós estamos, naturalmente, com muita vontade de clarificar este problema, estamos com muita vontade também de o incluir na reforma da autonomia e estamos prontos, desde já, ao nível da Comissão Parlamentar competente, a encarar, de boa-fé, todas as iniciativas que surgirem nesta matéria.

A Sra. Deputada estava, com certeza, com boa intenção, lamento, mas isso acontece a todos, acabou, neste caso, por ser objetivamente um bocadinho útil à direita.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:



(Está a ouvir-se? Não se está a ouvir? Está.)

Sra. Presidente, apenas para deixar claro o seguinte.

O Bloco de Esquerda preocupa-se fundamentalmente em ser útil aos Açores...

**Presidente:** Sra. Deputada, tem que fazer uma interpelação...

**A Oradora:** ... e em ser útil aos açorianos, não é à direita, é às duas propostas...

**Presidente:** Sra. Deputada! Sra. Deputada Zuraída Soares! Peço imensa desculpa! A senhora sabe que não tem tempo, não pode usar a figura da interpelação para continuar o debate.

**A Oradora:** Não estou a continuar a debate, estou a dizer à Sra. Presidente,...

**Presidente:** Não, mas...

**A Oradora:** ... não estou a continuar o debate, ele já acabou.

**Presidente:** Oh, Sra. Deputada, lamento, mas como deve compreender, não posso permitir que continue a interpelação...

**A Oradora:** Só queria clarificar esse aspeto, é que às vezes [impercetível] à direita, deixa de se ser útil aos açorianos!

**Presidente:** ... se for para manter esse registo.

Sra. Deputada!

**A Oradora:** Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Concordo com a conclusão!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu venho ao debate apenas para registar o facto de, com certeza por dificuldade minha, não ter percebido ainda muito bem (irei perceber, certamente, ao longo do debate) a razão por que o Partido Socialista se está a manifestar contra a criação desta Comissão Eventual. E isto sem colocar em causa o excelente trabalho que tem sido feito...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A que V. Ex.<sup>a</sup> pertence!

**O Orador:** ... pela Comissão (exatamente!) que tem competência para esta matéria, sem colocar o excelente trabalho que a Comissão tem feito de acompanhamento, da emissão de pareceres, enfim, sem pôr isso em causa, mas há aqui uma questão que me parece que não deixa de ser também importante e julgo que consensual, ainda que possamos ter, num ponto ou outro, alguma divergência, se é que há, não sei até muito bem se haverá, que é a importância do mar para o presente e para o futuro dos Açores.

E estou a pensar desde as pescas, ao turismo, à questão da mineração, enfim, um conjunto de questões que são efetivamente muito importantes para o futuro dos Açores: por um lado, a questão da sustentabilidade de parte da economia que está relacionada com o mar e, por outro lado, os proveitos que daí podem advir. O que, e face a esta importância e até, digamos, a algum consenso que há ou que pode ser criado à volta desta matéria, como tem sido possível criar à volta de outras matérias, ter uma Comissão Eventual apenas para tratar destas questões parece-me adequado e justo. E ainda não percebi, de facto, por que é que o Partido Socialista se está a colocar,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ninguém percebe! Partidarismo!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É ciumeira! É muito cioso da sua Comissão!

**O Orador:** ... está a inviabilizar a constituição desta Comissão e, certamente, um dos argumentos que não estará, certamente, subjacente à criação desta Comissão será um dos argumentos que o Deputado Francisco Coelho deu como exemplo, que é a criação de mais um Presidente de uma Comissão Eventual. Parece-me que esse argumento não deve, sequer, ser considerado, uma vez que a dimensão do problema e a importância que o mar tem para nós e a necessidade de encontrarmos aqui uma posição forte, e essa posição é tanto mais forte quanto maior apoio colher entre todos os partidos representados neste Parlamento, justifica bem a criação da Comissão Eventual.

Possivelmente por incompreensão minha, mas a verdade é que eu ainda não percebi por que é que o Partido Socialista está a inviabilizar aqui esta...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É o sectarismo baixo e cego!

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, esta questão é tão importante para os Açores, não faço nenhum juízo se é sectarismo, se é isto, se é mais à esquerda, se é mais à direita, não faço esses juízos, o que julgo é que deve haver algum bom senso relativamente a estas questões...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... e é, digamos, o apelo que posso fazer é que o Partido Socialista reveja a sua posição relativamente a esta questão, se entende que a formulação do projeto de resolução apresentado pelo CDS-PP e pelo PPM necessita de alguma correção que o diga, de modo a que nos possamos entender à volta de uma matéria tão importante como é esta e que, de facto, tem muito a ver com o futuro dos Açores, mas também tem muito a ver com o fortalecimento da nossa autonomia, porque a verdade é esta, nós, em termos constitucionais, em termos estatutários, temos, de facto, amplas competências, precisamos de as aperfeiçoar, alguns de nós, até, dirão que precisamos de a aprofundar, no momento certo, o PCP também assim o considera.

Mas há uma questão que é fundamental e que tem a ver com o seguinte. Nós só conseguiremos exercer todas as nossas competências autonómicas, as que temos hoje e as que possamos vir a ter daqui a algum tempo, sem nenhum constrangimento, sem que ninguém nos cerceie as competências que nos estão consagradas, se tivermos capacidade financeira própria e do mar pode vir parte dessa capacidade financeira própria para que nós possamos então, sim, exercer todas as nossas autonómicas sem o garrote financeiro que, de vez em quando, nos impõem ou libertando-nos até de alguns constrangimentos que vêm da União Europeia.

O assunto, acho que tem esta seriedade, e eu não estou a dizer nem estou a colocar aqui em causa que ninguém esteja com falta de seriedade relativamente

à discussão desta matéria, mas o apelo que eu deixava, ou que o Partido Socialista, porque, eventualmente, percebi mal a argumentação, explique bem por que é que não quer a Comissão Eventual ou então que reveja a sua posição, porque a matéria, efetivamente, é daquelas matérias que nos deve unir.

E eu fico-me por aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Deputado Berto Messias (PS):** Nós estamos unidos!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não nos une nada!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu considero que esta questão revela bem a posição do Partido Socialista. Vejam bem. Nós temos aqui o Sr. Deputado Francisco...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Zero de propostas!

**O Orador:** ... Coelho que decidiu abrir uma guerra ideológica, dizia a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda: “Esta matéria do mar [matéria do mar, imaginem bem], há aqui uma divisão profunda: esquerda, direita, e, portanto, há aqui uma grande divisão ideológica”. Não há nenhuma divisão ideológica, os senhores é que já estão em modo de eleições, os senhores é que já estão em modo eleitoral e todas as propostas que apresentam é para dizer que o Governo é muito bom e que os senhores são muito bons e o interesse regional é completamente esquecido, nesta fase em que estamos, por V. Ex. <sup>as</sup>.

E depois temos um problema pessoal, Sr. Deputado Francisco Coelho, desculpe que lhe diga. O Sr. Deputado Francisco Coelho parece o pequeno Imperador Napoleão que quando é corrido do Império, quando perde e quando as potências aliadas o derrotam sai de França, deixa de ser o Imperador do Império Francês e vai para o exílio na pequena ilha de Elba e o Sr. Deputado...

*(Aparte inaudível da Câmara)*

**O Orador:** Não, é verdade, é perfeitamente verdade!

E depois defende, na ilha de Elba, e desenvolve uma governação defendendo a sua pequena ilha e as suas pequenas prerrogativas, que é o que o senhor está a fazer na CAPAT. Saiu de Presidente do Parlamento, foi para a CAPAT e agora a CAPAT não pode ser criado nada (nada, nada, nada) fora do âmbito do domínio de V. Ex.<sup>a</sup>. Defende a CAPAT com unhas e dentes.

E, portanto, Sr. Deputado, perca essa imagem, que ficou mal historicamente, uma personagem como Napoleão, realmente de o senhor agora querer reconfigurar aquilo que foi e aquilo que é.

Eu devo dizer-lhe que esta analogia, peço desculpa por lhe a ter feito, mas é o que transparece, porque, como bem dizia o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, o Sr. Deputado Aníbal Pires, quais são as razões, efetivamente, que V. Ex.<sup>a</sup> apresentou? A não ser o sectarismo absolutamente inexplicável e que, nesta questão, não faz absolutamente nenhum sentido, qual foi a razão que o senhor apresentou? Nenhuma! O seu discurso não faz nenhum sentido, não fez para o Bloco de Esquerda, não fez para o PCP, não faz para o PPM nem para o CDS e para o PSD.

Portanto, ninguém percebe quais são as suas razões! As suas razões é o mais profundo sectarismo. Não há nenhuma explicação! É sectarismo puro e duro.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado Paulo Estêvão! Estava inspirado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Longe de mim pensar vir segunda vez a este debate, porque me pareceu que esta matéria era uma matéria perfeitamente consensual e que estaríamos todos à volta desta iniciativa do CDS e do Partido Popular, porque ela é uma iniciativa que visa aprofundar e clarificar todas as nossas competências relativas a um assunto que tem merecido unanimidade desta Casa e, portanto, julgaria eu que essa matéria seria aprovada.

E o PSD está neste debate com toda a coerência que teve ao longo de toda esta legislatura.

Nós, desde logo, no encerramento do Programa de Governo, reafirmámos um conjunto de eixos para os quais o PSD estava absolutamente disponível para encontrar os consensos e para estar ao lado da região na defesa dos nossos direitos e das nossas competências sobre os mares e respetivos recursos.

Este foi um desses eixos e, portanto, como também já disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, tivemos iniciativas nessa matéria, tivemos ao nível da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, por diversas vezes e quando estavam em causa, efetivamente, as nossas competências, tivemos posições e pareceres contra determinada legislação, dados por unanimidade. E, portanto, cumprindo, e nessa trajetória, estamos também disponíveis para fazer este trabalho, nesta Comissão, de aprofundar e clarificar estas posições.

E, portanto, é essa coerência que os partidos da oposição têm tido, que eu venho aqui mostrar alguma estranheza face ao percurso que o Partido Socialista tem também tido nessa matéria de agora dar uma cambalhota e de ter aqui alguma incoerência. E diz o Sr. Deputado Francisco Coelho que o PS trabalha. Portanto, é isso que nós queremos, vamos ao trabalho!

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, está aqui um instrumento para nós trabalharmos sobre esta matéria. É isso que os senhores estão simplesmente a recusar e isso é absolutamente incoerente comparado com aquilo que os senhores têm feito ao

longo deste mandato. E não pode ser o argumento de que este assunto está na CAPAT, é um assunto da CAPAT.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É!

**O Orador:** Porque se fosse assim, nós não criaríamos mais nenhuma Comissão Eventual, porque todos os assuntos têm cabimento nas Comissões que estão criadas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, não é essa a razão para não criar esta Comissão Eventual.

**Deputada Marta Couto (PS):** Estiveram lá 4 anos e não fizeram nada!

**O Orador:** E então por que será? Porque o Partido Socialista é bom em contestar, como dizia a Sra. Deputada Marta Couto, que tem contestado toda a legislação que vem da República? É bom em fazer guerrilha partidária, como tem feito, em muitas destas matérias, quando essas matérias exigiam diálogo, uma postura da região de disponibilidade para o diálogo e para o consenso? E essa postura foi só quando era o Governo da República de outra cor partidária? Será isso? Ou será que a verdadeira razão para não se criar esta Comissão é porque agora mudou o Governo da República e esta Comissão pode aqui criar algum problema nesse relacionamento tão amigável com a República? Será essa a razão, Srs. Deputados do Partido Socialista? Mantenham a vossa coerência,...

**Deputada Marta Couto (PS):** Isso é que é coerência!

**O Orador:** ... que tiveram, ao longo desta legislatura, na defesa dos direitos da...

E, portanto, mantenham essa disponibilidade para o trabalho. O CDS e o PPM estão aqui a propor um instrumento legítimo para nós trabalharmos sobre essa questão, todos nós reconhecemos que é preciso trabalhar sobre essa questão, todos nós reconhecemos que é preciso operacionalizar, desde logo, um conceito de gestão partilhada, que não está clarificado.

E, portanto, a Sra. Deputada Zuraida Soares acrescentou aqui um outro argumento, estamos todos imbuídos de um espírito também que também queremos promover uma reforma da autonomia...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e esta Comissão também pode dar, nesta matéria específica das nossas competências do mar, um contributo para essa reforma da autonomia.

E uma última questão, Sra. Deputada. Queria dizer-lhe que deu nota na sua intervenção de que a região tem feito tudo bem, tem contestado tudo, o Partido Socialista e o Governo. Oh, Sra. Deputada, há também trabalho por fazer da região, há muito trabalho. Há muitas omissões, há muitas lacunas. Eu dou-lhe só um exemplo, e se quiser falar dele: estratégia nacional para o mar.

**Deputada Marta Couto (PS):** Disse que o trabalho que tínhamos feito era bem feito. Não disse que tínhamos feito tudo! Seja sério!

**O Orador:** Eu gostava de saber onde é que anda o plano de ação relativo ao mar. Eu gostava de a convidar, por exemplo, a ir ao *site* da Direção Geral para os Assuntos do Mar e ver lá onde é que está a estratégia dos Açores para integrar na estratégia nacional para o mar.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** E onde é que está a nacional?

**O Orador:** Onde é que está?

Está lá a nacional, está lá a da Madeira e está lá a dos Açores, que é uma página em branco.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.



(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

Sr. Deputado Francisco Coelho, teve a simpatia de se dirigir a nós com um zero. Oh, Sr. Deputado Francisco Coelho, eu percebo que o senhor ainda não tenha ultrapassado os seus constrangimentos ideológicos e que tem um permanente conflito entre a sua extrema-esquerda oriunda e a esquerda e que reduza sempre as coisas a uma coisa entre esquerda e direita, uma coisa que já não faz nenhum sentido.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** V. Ex.<sup>a</sup> estraga-me com elogios!

**O Orador:** E V. Ex.<sup>a</sup> referiu aí que não especialista em números, mas eu, pelo menos, esperava que fosse especialista em Regimento, em Estatuto, em alguma coisa de direito, porque, como sabe, esta Comissão Eventual, o assunto do mar não é, com o devido respeito, assunto exclusivo da sua excelsa primeira Comissão, como V. Ex.<sup>a</sup> gosta de chamar, é assunto transversal a várias Comissões, da Economia, da sua primeira Comissão, do seu pequeno reino, da sua primeira Comissão, mas é também da Política Geral.

E, portanto, Sr. Deputado Francisco Coelho, é transversal, por isso é que é uma Comissão Eventual devidamente fundamentada. E, portanto, eu julgava que, pelo menos, nessa sua especialidade, o senhor não falhasse, já que falha tanto em números.

Mas vamos continuar, Sr. Deputado.

Quanto à demagogia e ao que é importante para os Açores, foi V. Ex.<sup>a</sup>, o seu partido e o Sr. Presidente do Governo que deram o pontapé de saída, numa altura em que confundem partido e região, num totalitarismo que já vai sendo cada vez mais acentuado.

**Deputada Marta Couto (PS):** Sempre foi!

**O Orador:** No dia da autonomia, quem achou que era mais importante falar de reforma de autonomia, de criação de cargos e de conselhos de ilha e etc., etc., foi o Presidente (Presidente? É.) do seu partido e Presidente do Governo, Vasco

Cordeiro, Sr. Deputado Francisco Coelho. E, portanto, isso, devolvo à procedência, com juros e correção monetária e continha bem feita.

Para os senhores, demagogia e populismo é a vossa especialidade,...

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Olhe que não!

**O Orador:** ... para nós, o mar é um assunto autonómico, é dos primeiros assuntos da autonomia, Sr. Deputado Francisco Coelho, e é transversal a todas as Comissões e por isso é que é uma Comissão Eventual, devidamente justificada, o que põe por terra todos os argumentos que o senhor, aqui, aduziu.

E devo dizer-lhe mais uma coisa. O que me espanta ainda mais é que enquanto V. Ex.<sup>a</sup> tinha o seu primeiro reino, quando era Presidente desta Casa,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Império!

**O Orador:** Império! Muito obrigado.

... concordou, Sr. Deputado, não sendo V. Ex.<sup>a</sup> monárquico, mas sendo um republicano convicto, foi aqui aprovado, nesta Casa, um projeto de resolução que dizia o seguinte: “Cria a Comissão Eventual para apreciação dos projetos de decreto legislativo regional sobre a elevação de Vila Franca do Campo e de Lagoa a categoria de cidade”.

Oh, Sr. Deputado, uma Comissão Eventual para isto, que era uma coisa simples de resolver, na Comissão respetiva, que era a de Política Geral? V. Ex.<sup>a</sup>, enquanto Presidente desta Casa, e de politiquice e com interesse politiqueiro,...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Mas foi competência do Presidente desta Casa!

**O Orador:** ... foi aprovada esta Comissão. Esta, para dar despesa, não serviu para outra coisa, foi aprovada para dar despesa!

**Deputado Berto Messias (PS):** O que é que o CDS votou?

**O Orador:** Sr. Deputado Francisco Coelho, agora acha caro, quando é para defender, para operacionalizar o nosso estatuto, quando é para defender a autonomia, quando é para defender a nossa maior riqueza, que é transversal a todas as Comissões, o PS acha que não é necessário. Mas eu faço-lhe um

desafio, no fim: faça a proposta de ser a sua Comissão a tratar do assunto, se acha que é excessivo. Se o problema é esse, faça a proposta. E digo-lhe mais: se o problema é despesa, ainda voltaremos a conversar sobre os passeios e passeatas que, muitas vezes, se fazem nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Berto Messias (PS):** O que é que o CDS votou nas comissões eventuais?

**Deputado Graça Silveira (CDS-PP):** Nós não somos contra!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

*(Apartes inaudíveis da Câmara)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Francisco Coelho possa fazer a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

**O Orador:** Obrigado, Sra. Presidente.

... Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, quero serená-lo, pode ficar descansado, não tenho a mínima pretensão a fazer de Napoleão, mas também quero garantir-lhe uma coisa: V. Ex.<sup>a</sup> está muito longe de ser o Rei Midas! Não se esqueça disso.

Sr. Deputado Artur Lima, agora, nós. Permita-me que lhe diga o seguinte, Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diga!

**O Orador:** Eu gosto que quando as coisas aquecem, se tornam mais polémicas e, eventualmente, mais difíceis de defender para o seu partido, o senhor tem

sempre uma irreprimível vocação, eu sei que também o facto de sermos amigos pessoais e conhecidos há muito tempo...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** De longa data!

**O Orador:** ... facilita isso, de fazer um pouco, e na sua visão, de traçar o meu currículo, mas eu quero avisá-lo de uma coisa, com amizade, Sr. Deputado, quanto mais falar de questões pessoais quando discutirmos aqui questões institucionais,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não falei de questões pessoais!

**O Orador:** ... mais esclarece sobre si próprio do que sobre os destinatários.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não se esqueça, por favor, deste conselho, que é de amigo,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está enganado!

**O Orador:** ... e dou-lho com o gosto que tenho de quem não despertou para a política aos 20 e tal anos e teve tempo de militar em dois partidos, olhe, mas com tanta felicidade que, se calhar, V. Ex.<sup>a</sup> queria associar-se a isso.

Daqui a dois meses comemora 30 anos de militância partidária, neste.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Há de pagar um jantarinho, então!

**O Orador:** Portanto, sobre isso, estou perfeitamente à vontade.

É bom que nos entendamos, Sr. Deputado Luís Garcia, sobre os consensos. O Partido Socialista considera fundamental e está sempre disponível para fazer, nesta matéria, como noutras importantes, consensos, mas sejamos absolutamente claros: os consensos não podem ser sobre expedientes processuais, expedientes processuais tardios. E nós sabemos ou, pelo menos, podemos ter uma legítima suspeita por que é que são tardios, porque tudo isto, incluindo o acórdão, largamente citado pela Sra. Deputada Graça Silveira, é um problema que tem mais de um ano e, portanto, há aqui qualquer coisa que gera dúvidas legítimas.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** São legítimas!

**O Orador:** Mas, sobre substância, venham essas propostas, agora, consenso sobre expedientes (expedientes, não é no mau sentido!), matéria processual, modo, pensamos que isso não é importante.

Sobre a substância, sobre propostas concretas, com certeza que sim, estamos aqui abertos.

Agora, também é bom dizer, porque também, ontem, o Sr. Deputado Luís Maurício (Sr. Deputado Luís Maurício, bom dia!), ontem, V. Ex.<sup>a</sup> também se preocupou muito com o facto de a região ter processos. O Sr. Deputado Luís Garcia também falou aqui num processo do Tribunal Constitucional.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Eu?

**O Orador:** Pois, a defesa da autonomia, em termos práticos, também passa por afastar aquilo que de lesivo nos tentam fazer, independentemente de, como também ao nível da saúde, ontem, tivemos oportunidade de aprovar,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas os senhores estão em contraciclo na saúde! Não interessa o que está para trás, interessa o que vamos fazer! Já nos mares...

**O Orador:** ... de construir um novo quadro legislativo para chegarmos a bom porto.

Não, o que eu queria dizer era o seguinte. É bom que fique claro, nós não estamos aqui a discutir nada sobre o mar e sobre os direitos sobre o nosso mar, estamos a discutir a constituição de uma Comissão Eventual.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para?

**O Orador:** Ponto.

Em termos substantivos, nós estamos abertos a considerar todas as questões, todas as propostas que nos apresentem sobre esse assunto,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas apresentem quem?

**O Orador:** ... independentemente também de nos reservarmos o nosso próprio direito de iniciativa.

Sobre isso haverá consenso; sobre esta questão, que é tardia e que levanta, havemos de convir,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Se é tardia, é porque o trabalho já devia ter sido feito!

**O Orador:** ... legítimas suspeitas de só agora aparecer, porque o assunto já tem... O que é que há de novo aqui, Sr. Deputado, relativamente há um ano? Diga-me, Sr. Deputado Artur Lima: O que é que, nesta matéria, houve de novo, de há um ano a esta parte? Eu fico a aguardar a sua resposta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Sr. Deputado Francisco Coelho, lembrou, e bem, que somos velhos conhecidos e amigos e colegas e que eu muito prezo. Devo dizer-lhe o seguinte: eu não fiz nenhuma referência, e, aliás, se entendeu assim, não era essa a minha intenção, eu fiz referência ao seu percurso político, longo percurso político. Aliás, permitam-me também, lembrar-lhe, se quiser, desde até os bancos do liceu, onde até integrei uma lista que V. Ex.<sup>a</sup> capitaneava, que era uma lista da esquerda contra a lista da direita, no liceu, se bem se lembra, e, portanto, V. Ex.<sup>a</sup>... Era a célebre Lista O...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O que nós ficámos a saber! As suas derivas ideológicas!

**O Orador:** ... contra a lista do PSD de António Matos, era a célebre Lista O. E, portanto, Sr. Deputado, a referência que eu lhe faço foi sempre à sua carreira política, que conheço bem, há longa data, e não nenhuma referência pessoal, ...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Acho que o Sr. Deputado Duarte Freitas estava noutra!

**O Orador:** (Acho que estava com o António Matos!)

... muito menos à sua vida pessoal, que muito prezo e admiro.

Oh. Sr. Deputado Francisco Coelho, dá-me licença?

Nunca é tarde, dizia aqui, presumo que era o Sr. Deputado, mais vale tarde do que nunca, dizia o Sr. Deputado Domingos Cunha, aqui, a respeito (faço minhas, roubando as palavras do Sr. Deputado Domingos Cunha, que não se vai ofender comigo), mais vale tarde do que nunca. Não mudou nada, Sr. Deputado! O que mudou foi na República, e aproveitando o novo Governo na República, acho que era muito interessante esta Assembleia, desde o início do mandato do novo Governo da República, tomar já posição sobre essa matéria, e por isso é que nós achamos... Vai haver um Orçamento de Estado, talvez para cautelarem alguma verba, etc., etc., por isso achamos que a urgência faz algum sentido, Sr. Deputado Francisco Coelho, foi o que mudou. E, naturalmente, esperávamos que V. Ex.<sup>a</sup> concordasse. Mas se o problema é ser da CAPAT, já lhe disse, estamos disponíveis para mudar. A pergunta que lhe faço é: está o Partido Socialista disponível para isso? E entende o Partido Socialista e V. Ex.<sup>a</sup> que a CAPAT tem competência para tratar de todas essas matérias relativamente ao mar? É a segunda pergunta que lhe faço, Sr. Deputado.

E, Sr. Deputado Francisco Coelho, gostaria que me lembrasse, porque não encontro, só encontro uma iniciativa, talvez por ineficiência dos meus serviços, pequeninos, é certo (porque também na sua legislatura foram rapados e diminuídos os serviços das representações e grupos parlamentares), V. Ex.<sup>a</sup> quer lembrar-me as três iniciativas que o Partido Socialista teve e quando, porque eu só encontro uma?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em relação à contabilidade e ao trabalho desenvolvido pelos diferentes grupos e representações parlamentares, eu vou-lhe dizer uma coisa. Eu aprendi, ao longo destes anos, a respeitar, e tenho bons amigos no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a esmagadora maioria, para não dizer todos os deputados, posso até dizer todos os deputados que aí se sentam. Portanto, eu não vou comparar o trabalho parlamentar apresentado por V. Ex.<sup>as</sup> com o trabalho apresentado pela Representação Parlamentar, porque eu sei que desenvolvem outro tipo de atividades e eu não vou fazer essa injustiça, porque se quiser comparar requerimentos, projetos de resolução, decretos, aqui apresentados, nesta Casa, quem tem 31 deputados, se quiser comparar com o que um deputado apresentou, e três deputados, um e um, se quiserem comparar o trabalho parlamentar, essa comparação...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vamos fazer contas!

**O Orador:** ... é-vos muito, muito desfavorável. É que nem tem comparação. Eu até acho que o meu trabalho parlamentar, em termos de iniciativas, supera o vosso, que têm 31 deputados.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, eu não iria por aí, se V. Ex.<sup>a</sup> não tivesse começado a trilhar esse caminho, porque a comparação é-vos muito desfavorável.

Portanto, eu penso que é sempre também muito injusta para o trabalho que as pessoas desenvolvem e que não é tão visível.

Em relação a iniciativas, estamos conversados.

Em relação aos seus argumentos, o que é que mudou? Ai, o que é que mudou?! Então, o Sr. Deputado, que participa nos trabalhos de tentarmos encontrar uma solução de consenso para a reforma da autonomia, o Sr. Deputado é o primeiro a dizer que alguma coisa mudou, o contexto mudou. Olhe, desde logo, a oportunidade de efetuar a alteração, de fazer a revisão da Constituição. Não mudou? Desde logo, nós próprios, no trabalho da autonomia que estamos a desenvolver, estamos a conceber, pelo menos foi o que eu percebi na conversa



que nós tivemos, eu, pelo menos, estava a falar a sério, de alterar o Estatuto Político-Administrativo. O que é que mudou? Pergunta-me o Sr. Deputado: mudou, há uma janela de oportunidade de alteração da Constituição; há uma negociação que foi aberta pelo Presidente do vosso partido, uma janela de oportunidade de se alterar e de se conceber um conjunto de propostas para se alterar o Estatuto Político-Administrativo; e há uma decisão que está a chegar em relação à plataforma continental, por parte da ONU, que está prevista que seja este ano.

**Deputado André Bradford (PS):** Olhe que já não vai ser!

**O Orador:** E diz-me o Sr. Deputado, o que é que mudou? Chega-lhe ou quer mais argumentos e quer mais factos que são indesmentíveis?

Aqui não há nenhum argumento da vossa parte.

E termino fazendo uma referência. O Sr. Deputado diz que é precipitado. Precipitado?! Então, mas nos próximos oito meses isto é só campanha eleitoral! Os oito meses que nós temos ainda de exercício de funções são para quê? A partir de agora é tudo precipitado, não se pode apresentar nada, porque nos próximos oito meses é só para dizer bem do Governo ou para criticar o Governo. Não! Essa lógica eleitoral não faz sentido. Os açorianos o que esperam é que, durante os dias que nos restam desta legislatura, que todos nós, que todos os partidos, que todos os deputados façam o seu trabalho, não há nenhuma precipitação em relação a esta matéria, há o exercício de um dever e o dever é trabalhar todos os dias, todas as horas, em todos os meses, o período, e é muito longo, que nos resta, para exercer as nossas funções a servir os açorianos. Então, estes oito meses é tudo, não há nada a fazer, é tudo precipitado.

Como eu dizia, e termino a minha observação, os senhores estão em modo eleitoral, acabou o trabalho, começou a propaganda.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Nós ainda estamos no modo de trabalho, de servir os açorianos.

**Deputado José Ávila (PS):** O senhor trabalha sozinho!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Muito rapidamente para tentar responder às questões - e prestar um esclarecimento - levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado Artur Lima, primeiro lugar, um esclarecimento e penitencio-me: a referência que eu fiz tem um erro ao nível do lapso de tempo considerado, não é esta legislatura, são os últimos dez anos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Dez anos!

**O Orador:** Os números e os partidos estão corretos, é verdade! Já está cá há sete, não se esqueça.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Uma iniciativa de três em três anos!

**O Orador:** Do PS, olhe, tem a Resolução 34/X, 2011/IX e um projeto de Decreto Legislativo 1/2004, projeto de decreto legislativo regional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diga quais são? Só encontrei uma!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isso de estar a medir o trabalho de uns e dos outros é de marreta!

**O Orador:** Mas eu depois posso dar-lhe melhor.

Decreto Legislativo Regional 1/2004.

O que eu quis dizer aqui, Sras. e Srs. Deputados,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quer dizer que esta legislatura, nada!

**O Orador:** Bom, a produtividade é a mesma, Sr. Deputado, ou seja, no mesmo período de tempo, o Partido Socialista fez mais uma do que o PSD. Portanto, não sei qual é o ganho que está a fazer com esse reparo, mas V. Ex.<sup>a</sup> lá saberá.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não se afunde mais! Está a afundar-se!

**O Orador:** Agora, Sr. Deputado Artur Lima, registei o repto da sua disponibilidade relativamente a esta questão, registei.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Registou, mas não responde!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Percebi!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Artur Lima, ainda bem que pediu as contas, porque, de facto, ficámos a saber quem é que é zero. Ou seja, quem é que tem zero.

O Partido Socialista, pelas contas que o Sr. Deputado acabou de apresentar, nesta legislatura, apresentou zero iniciativas. Zero!

**Deputado Francisco César (PS):** É mentira!

**Deputada Marta Couto (PS):** O senhor faça o seu trabalho!

**O Orador:** Nesta legislatura, zero iniciativas. E o PPM e o CDS, pelo menos contabilizando a atual, é uma iniciativa. Ou seja, nesse sentido, que não é verdade, eu contabilizo mais duas, mas até dou de barato as duas que já apresentei. Mesmo assim, nesta legislatura, os senhores têm zero, nós temos uma. Então, é um a zero, ganhamos nós, Sr. Deputado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E se fizermos *per capita*!

**O Orador:** Portanto, o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado,...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Quer ir por aí? Quer falar das audições?

**O Orador:** Não sei, porque o Sr. Deputado Francisco Coelho está e interromper-me!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor de continuar.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É que se quer ir por aí, vamos ter que falar do contributo do PPM nas audições à República na CAPAT!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Paulo Estêvão possa continuar a sua intervenção.

Faça o favor, Sr. Deputado.

**O Orador:** Portanto, reiterando e indo por aí, os senhores têm zero iniciativas apresentadas e nós apresentamos uma iniciativa aqui.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Isso é falso!

**O Orador:** Portanto, nesta legislatura, os senhores não têm nada.

Em relação aos argumentos que foram apresentados, está ou não está o Partido Socialista disponível para alterar o Estatuto Político-Administrativo, nesta matéria também?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Está ou não está? Está o Partido Socialista, nesta matéria dos assuntos do mar, disponível para alterar a Constituição em conjunto com os outros partidos? Está ou não está? Está o Partido Socialista disponível para defender, de forma conjunta e sem eleitoralismos bacocos, que o povo açoriano não quer saber disso, o povo açoriano quer saber é da defesa dos seus interesses, está o Partido Socialista disponível para, em conjunto com todos os partidos, trabalhar no futuro dos Açores nesta matéria e defender os Açores nesta matéria, está ou não está? Este é que é o desafio, é isto que o senhor tem que responder.

**Deputada Marta Couto (PS):** Tenha calma!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, inscreveu-se?

Tem a palavra, Sr. Deputado, para uma interpelação.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Para dizer que farei distribuir por todos os partidos uma listagem com as iniciativas do Partido Socialista, onde se inclui a que foi apresentada nesta legislatura.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Qual delas?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** 24/X!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não consta!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

*(Pausa)*

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Artur Lima, para se inscrever?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É certo que já uso óculos! É para ver ao perto também, é certo, mas eu vejo ali o Sr. Secretário do Mar, não se lhe oferece dizer nada sobre essa matéria, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Ou o Governo acha que isto é de somenos e, portanto,...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Mas agora o senhor é que decide!

**O Orador:** ... não tem que falar? Não tem opinião, o mar para si não lhe diz nada? Era só uma perguntinha meramente retórica.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Abreu):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Artur Lima, não estava a pensar vir a debate, não por pensar que o tema é de somenos importância, mas, pelo desenrolar do mesmo, achei que o Governo, neste momento, não teria necessidade de intervir.

Se me pergunta a opinião do Governo Regional sobre esta matéria, a opinião é que, à semelhança do que foi dito por muitos dos Srs. Deputados, esta deve ser uma matéria consensual e deve trespassar os limites partidários.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não precisa de dizer mais nada!

**O Orador:** E, portanto, a definição dos mecanismos de operacionalização dos direitos da Região Autónoma sobre as zonas marítimas é um tema que deve ser acompanhado e é um tema que é particularmente relevante para este Parlamento.

E sobre esta questão não há, como digo, discordância nenhuma, acho que, muito bem, os Srs. Deputados, em particular do PPM e do Bloco de Esquerda, nas suas intervenções iniciais, explicaram bem a importância de se densificar o conceito de gestão partilhada sobre os mares portugueses e o mar dos Açores, em geral. Não creio que o tema vazio legal, que foi aqui usado mais do que uma vez, seja o mais adequado neste contexto, porque, de facto, o que faz falta é uma clarificação de um conceito que está definido, mas mal definido ou insuficientemente definido, na nossa opinião.

Eu aproveito para dar algumas informações à Câmara sobre o que é que o Governo Regional tem feito nesta matéria.

O Sr. Presidente do Governo Regional teve uma reunião, como sabem, com o Sr. Primeiro-Ministro, onde foram discutidas várias matérias relacionadas com o mar, nomeadamente o respeito que o Governo dos Açores entende que não foi praticado pelo anterior Governo da República quanto aos direitos que a Região Autónoma tem nesta matéria e, em particular, às competências próprias desta Assembleia Legislativa Regional. Eu próprio já reuni com a Sra. Ministra do Mar e, nessa reunião, solicitei expressamente que fosse criado um grupo de trabalho de nível político ou dois grupos de trabalho, um da região e outro do

Governo da República, precisamente para fazer um apanhado da legislação que carece de revisão sobre esta matéria. E, Sra. Deputada Zuraida Soares, a Comissão Eventual não vai pôr absolutamente nada em letra de lei, quem vai ter que mudar leis e pôr alguma coisa em letra de lei...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Essa agora!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E se Assembleia quiser pôr alguma coisa em letra de lei? Essa agora!

**O Orador:** ... são o Conselho de Ministros e a Assembleia da República. E, portanto, em letra de lei, o que tem que ser alterado, neste momento, são decretos-leis e, porventura, leis.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** A Sra. Secretária não diz nada! É uma visão centralista!

**O Orador:** E, portanto, é nesse contexto que temos que agir.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Estão a ser ignoradas as competências legislativas da região! Isto é uma vergonha!

**O Orador:** Face a este projeto de resolução...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** Não, Sr. Deputado! No diagnóstico que fazemos, na legislação regional, não há absolutamente nada a mudar, aliás, não há absolutamente nada a mudar na legislação regional, nesta matéria.

Face a este projeto de resolução,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Esta agora!

**O Orador:** ... eu pergunto que sinal político é que está a ser transmitido pelo momento em que é apresentado, porque, até agora, nunca foi entendido necessário criar esta Comissão Eventual; agora, que temos um Governo da República,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isto é uma vergonha!

**O Orador:** ... que tem expressamente no seu Programa de Governo a valorização das autonomias, é que surgiu, na cabeça dos Srs. Deputados do

CDS-PP e do PPM, a necessidade de avançar. Lamento, mas na opinião do Governo, já que pergunta, mais parece ser uma iniciativa de má consciência de quem teve no Governo da República uma Ministra com a pasta do mar...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E bem!

**O Orador:** ... e que cometeu o maior role de atropelos às competências da Região Autónoma de que há memória na história da democracia portuguesa.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem lembrado!

**O Orador:** Comentando agora alguns pontos que foram aqui referidos sobre esta matéria, por alguns dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Luís Garcia pergunta pelo plano de ação da estratégia nacional para o mar e por que é que não está no *site*. Tem razão, não está no *site*, está atrasada, há alguns meses, e está em consulta inter serviços. Meses!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Meses? Anos!

**O Orador:** Posso informá-lo que estará no *site* no decorrer do mês de março, estando a consulta inter serviços bastante avançada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Desde março! O ano é que não disse!

**O Orador:** Segundo ponto. O Sr. Deputado Luís Garcia disse que, nesta matéria, tem havido guerrilha político-partidária, foi o termo que usou. Não é o que se passou, Sr. Deputado, não houve nenhuma guerrilha político-partidária, no último ano, houve uma guerra institucional e não partidária declarada pelo Governo da República, do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e da Ministra do Mar Assunção Cristas. Foi isto que se passou. E essa guerra teve um pico, no dia 9 de março de 2015,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso!

**Deputados Berto Messias e André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... na Comissão Inter Ministerial para os Assuntos do Mar, presidida pelo Primeiro-Ministro Passos Coelho, com participação da Sra. Ministra Assunção Cristas, em que resultou numa necessidade do Presidente do



Governo Regional ter que mandar um diploma para fiscalização sucessiva em Tribunal Constitucional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já o conheço! O senhor tem a técnica socrática!

**O Orador:** Estamos num momento em que temos condições diferentes, Srs. Deputados, para agora acabar com esta guerra institucional...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** É isso que nós queremos!

**O Orador:** ... que nos foi declarada a bem dos interesses do país e da Região Autónoma.

Portanto, se pergunta a opinião do Governo regional, é esta.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu queria que o senhor saísse da toca!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra. Dispõe de cerca de dois minutos.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: É muito rápido, Sra. Secretária e Sr. Secretário. O maior ataque à autonomia e ao desprezo da autonomia acabou V. Ex.<sup>a</sup> de o fazer,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** ... ao desprezar esta Casa enquanto órgão legislativo...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... e de propositura de leis, porque há a anteposta de lei, Sr. Secretário, que se sobrepõe aos decretos legislativos da República e que depois são mais difíceis de alterar, têm que ser alterados na Assembleia da República e não por decreto do Governo.

E, portanto, quem passa um atestado de incompetência a todos nós é V. Ex.<sup>a</sup>, hoje, aqui e agora, Sr. Secretário.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Apoiado!

**O Orador:** E, portanto, não tem legitimidade nem autoridade para falar de ninguém que tenha falado contra a autonomia.

E, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> também, enquanto cá esteve, andou foi fazendo a sua politicazinha, mas, agora, que tem altura para resolver o assunto, nunca é tarde, V. Ex.<sup>a</sup> acha que não deve ser feito. Portanto, se a altura é agora, vamos começar e já. Agora, ataque à autonomia, acaba V. Ex.<sup>a</sup> de o fazer, ao primeiro órgão da autonomia, não é o Governo Regional dos Açores, embora os senhores governamentalizem tudo e todos.

O primeiro órgão da autonomia, Sr. Secretário, é este e que os senhores, o senhor particularmente não respeita.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Joaquim Machado (PSD):**  
Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sra. Presidente, para dizer muito claramente ao Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia que o PSD não aceita esta intromissão. Era só o que faltava agora vir um membro do Governo dizer ao primeiro órgão da autonomia, a esta Assembleia,...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... que não tem nada a legislar sobre esta matéria. Era só o que faltava, Sr. Secretário, era só o que faltava.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Em segundo lugar, eu quero dizer-lhe que a estratégia nacional para o mar, que o senhor diz que o plano de ação da região está atrasado uns meses, não são uns meses, são uns anos, Sr. Secretário. A estratégia nacional para o mar foi aprovada em novembro de 2013 e foi, então, acordado, e eu passo a citar, “que esse plano teria dois apêndices relativos às duas Regiões Autónomas, que englobavam todos os programas de ação e projetos com incidência nas Regiões Autónomas, designadamente o apêndice 2, Região Autónoma dos

Açores, e o apêndice 3, Região Autónoma da Madeira”. E mais! Na altura, o Governo Regional, para aprovar a estratégia nacional para o mar, veio dizer que esta tinha sido uma reivindicação sua e então dizia que o Governo não podia abdicar, e cito, “de escrever a sua visão e estratégia para o mar neste instrumento de política pública para o período até 2020”. O Governo Regional é que disse que essa tinha sido uma reivindicação. Sabe o que é que acontece a seguir?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** A Madeira integrou imediatamente o seu plano de ação! Desde essa altura, finais de 2013, até agora, que estamos em 2016, já lá vão dois anos, Sr. Secretário.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o senhor estava na República e não fez nada!

**O Orador:** Já lá vão dois anos, e, hoje, atualmente, se nós formos ao *site* da Direção Regional da Política do Mar, estão lá os documentos relativos à estratégia nacional para o mar, do continente, da Madeira, tocamos no lugarzinho onde deviam estar, pomos lá o cursor para abrir os documentos que deviam estar, o plano de ação da política do Governo Regional para o mar e sabe o que é que aparece?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Uma folha em branco!

**O Orador:** Zero! Nada! E os senhores andam para aqui anos e anos a dizer que os outros é que estão mal, que os outros é que não fazem. Oh, senhores, façam o vosso trabalho de casa, já era um ponto de partida (já era um ponto de partida!). Portanto, hoje, qualquer investidor, por exemplo, que consulte este *site* para saber as orientações desta política, qual é a conclusão que tira?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não há!

**O Orador:** É que a RAA não tem estratégia para o mar, pura e simplesmente isso. Não tem estratégia para o mar. Estão lá os instrumentos do continente português, estão lá os instrumentos da Região Autónoma da Madeira, e os dos

Açores? Estão atrasados cinco meses. Não estão atrasados cinco meses, Sr. Secretário, estão atrasados, pelo menos, dois anos.

Disse.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! É assim mesmo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Abreu):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Sr. Deputado Luís Garcia, o que está há cinco meses em atraso é a consulta inter serviços, portanto, o Sr. Deputado tem razão no que está a dizer...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Está bem! Então estamos de acordo!

**O Orador:** ... e, como eu informei a Câmara, no decorrer do mês de março, estará disponível no *site*, onde, hoje, está zero, o plano de ação para a estratégia nacional para o mar nos Açores. Quer isto dizer que a RAA não tem estratégia para o mar? Não, não quer. Como sabe, a estratégia já existe, estamos a falar do plano de ação.

Sr. Deputado Artur Lima e Sr. Deputado Luís Garcia, longe de mim querer...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Este é o Governo do “já a seguir”!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... insinuar que a Assembleia Legislativa Regional não tem os poderes que tem. Assumo que me tenha expresso mal e, por isso, peço desculpa, se assim foi. Não é isso, é a Comissão em si própria, a existir, faria um trabalho que pode ser feito noutros contextos no quadro deste Parlamento. Portanto, admito que me possa ter expresso mal e por isso peço desculpa às Sras. e aos Srs. Deputados.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas a Sra. Ministra não conduziu os técnicos?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem disse isso foi Carlos César!

**O Orador:** Quanto às credenciais do Governo Regional na defesa das competências autonómicas, levo a mal a acusação que me faz, depois do que tivemos que passar, no ano de 2015, com uma Ministra do seu partido, que, aliás, concorre agora a líder do seu partido, e vem dizer, nos Açores,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que reconduziu os técnicos!

**O Orador:** ... com o maior descaramento, que é contra o aprofundamento da autonomia, é contra algo que está plasmado no Estatuto Político-Administrativo desta região,...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... que o processo de autonomia regional é de aprofundamento gradual e dinâmico e vem aqui, às nossas ilhas, dizer que é contra o aprofundamento da autonomia, e, portanto, lamento, mas perdoe-me não poder aceitar lições suas depois do que eu passei com essa Sra. Ministra do Mar,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso! Um protesto!

**O Orador:** ... lições sobre a defesa da autonomia do CDS-PP.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para um protesto. Pode justificar-se, se faz favor?

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A Sra. Dra. Assunção Cristas não disse que era contra o aprofundamento da autonomia.

**Presidente:** Vou-lhe dar a palavra. Tem três minutos, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Secretário:

Lamento que, por indução e das afirmações que foram feitas aqui pela bancada do Partido Socialista, V. Ex.<sup>a</sup> tenha ido na maré e tenha dito que a Sra. Dra. Assunção Cristas disse que era contra o aprofundamento da autonomia. Ela não disse isso.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem disse isso foi Carlos César!

**O Orador:** Ela não disse isso, nem nos noticiários, o que se disse nos noticiários foi que para o aprofundamento da autonomia não faz falta a criação de novos cargos e que a criação de cargos políticos não era fundamental para o aprofundamento da autonomia. Foi isso que a Sra. Dra. Assunção Cristas disse e foi apenas nesse contexto, quando perguntada sobre essa matéria, Sr. Secretário.

E, portanto, agradeço que, como teve a humildade de pedir desculpa no início, peça desculpa no fim, porque ela referiu-se, nessa matéria, que eu estava exatamente ao lado dela, e a matéria era a criação figura de Presidente dos Açores e era a criação de mais cargos nos Açores e era a revisão constitucional para a criação da figura de Presidente dos Açores. E, como tal, para aprofundar a autonomia, ela era contra isso, porque não é com isso que se aprofunda a autonomia. Foi isso que ela disse, explicou bem e está em notas de imprensa e, portanto, isso de ela dizer que não é necessário aprofundar autonomia é uma redonda mentira que V. Ex.<sup>a</sup> aqui proferiu. Agradeço que corrija e reponha a verdade. É o que eu lhe estou a dizer e informe-se e consulte a que respeito é que a Sra. Dra. Assunção Cristas disse isso. E, portanto, foi nesse contexto e a respeito da revisão que os senhores querem fazer para enganar o povo e desviar o assunto do mar, da saúde, da educação, etc., etc., etc.. E tenho aqui o documento para distribuir.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Secretário se quer usar da palavra para um contraprotesto.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Abreu*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional: Sr. Deputado Artur Lima, eu, como calcula, não tenho o registo exato das palavras da Dra. Assunção Cristas na minha memória...

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Mas devia antes de estar a acusar!

**O Orador:** ... e, portanto, admito poder estar a ser injusto.

**Deputado José Ávila (PS):** Não está, não está!

**O Orador:** Agora, o que o entendimento de quem ouviu as palavras nos noticiários e o entendimento de todos os açorianos e açorianas foi que não era necessário aprofundar a autonomia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nessas matérias!

**O Orador:** É generalizado por toda a gente. Se estou a ser injusto, obviamente que peço desculpa, mas não concordo com o que diz que foi muito bem explicado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Foi, foi!

**O Orador:** Não, Sr. Deputado. Se foi explicado, foi muito mal explicado.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso foi porque o senhor não ouviu! Mas vou distribuir a nota de imprensa!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor ainda tem tempo?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Se eu tenho tempo? É evidente! A Sra. Presidente não me daria tempo!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, não me faça é perder tempo!

Eu devo dizer aqui o seguinte. O Sr. Secretário diz que se enganou, que era a Comissão. As suas palavras foram bem explícitas e o Sr. Secretário o que demonstrou foi um desconhecimento absoluto das competências deste Parlamento, isso foi absolutamente evidente, demonstrou que não conhece as competências do Parlamento dos Açores.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Oh, senhor, mas isso já está esclarecido!

**O Orador:** Não, não, não está esclarecido! Não está esclarecido! Até temos a possibilidade de alterar a legislação nacional através de antepostas ou de quem é que o senhor acha que é a iniciativa da alteração do Estatuto Político-Administrativo?

Portanto, o senhor, aqui, o que demonstrou foi um desconhecimento profundo das competências do Parlamento dos Açores. Ponto final.

Em relação às questões, regresso a uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Francisco Coelho. De facto, disse-me que tinha uma iniciativa. Estive a procurar nos meus arquivos, encontrei, não sei se está a falar desta iniciativa, Sr. Deputado Francisco Coelho: “Encarrego uma delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores presidida pelo Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e constituída pela respetiva Subcomissão e pelos deputados das representações parlamentares sem acento na referida Comissão para reunir com a Sra. Ministra da Agricultura do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território”. Deve ser esta iniciativa.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não, não é!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Onde é que está a substância?

**O Orador:** Mas, se é esta iniciativa, Sr. Presidente, eu não vejo é a substância. Isto é uma reunião, um pedido para reunir em Lisboa.

Portanto, sobre as iniciativas do Partido Socialista, estamos conversados.

Em relação, e termino, às matérias de facto, o Sr. Secretário o que disse foi, “É, de facto, é preciso proceder a alterações. Há conceitos que têm que ser redefinidos, há propostas que têm que ser agilizadas, há, da nossa parte, um grande grau de insuficiência. Estamos a tempo, é evidente que estamos a tempo”. Vejam bem que nem sequer a proposta de Portugal apresentada junto da ONU em relação à Plataforma Continental foi aprovada. Nós estamos a falar em quatro milhões de quilómetros quadrados de zona de jurisdição nacional, que é uma proposta, foi algo que ainda nem sequer foi aprovado pelas entidades internacionais. Nós apresentamos e já sabemos que há, até, zonas de litígio. A



Espanha apresentou também a sua proposta em relação à Plataforma Continental que há uma parte em que colide com a proposta apresentada por Portugal, justapõem-se.

E, portanto, nesse sentido, é algo que ainda não está definido, não foi aprovado e é evidente que o trabalho que nós estamos a fazer está muito a tempo: estamos a preparar-nos com uma realidade jurídica que ainda não existe.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Agora, o que o Parlamento dos Açores deve fazer é defender a autonomia dos Açores e preparar os mecanismos necessários para que se possa aproveitar os recursos do mar dos Açores em prol dos açorianos. Isso é que é fundamental.

Esta é a minha última intervenção, eu deixo-vos um apelo. Deixem-se de eleitoralismos,...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso é ridículo!

**O Orador:** ... deste tipo de atitudes, deixem este sectarismo, interessem-se...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado!

**O Orador:** É algo que vos estou a dizer com extrema honestidade e seriedade: deixem-se disso, vamos unir-nos na defesa dos interesses dos Açores. Eu não quero saber das eleições, eu quero é resolver o problema...

*(Risos e burburinho de alguns Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** A mim não me preocupa nada as eleições, não estou minimamente preocupado com isso; a mim o que preocupa é defender os interesses dos açorianos e os senhores deixem-se desse sectarismo e venham para uma causa comum que foi aqui apresentada pelo CDS e pelo PPM, que é, de facto, esta Comissão Eventual que é absolutamente necessária para agilizar o que há a fazer e há muito a fazer nesta matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Um pequeno esclarecimento.

Naturalmente que a iniciativa a que me referi, independentemente do que os serviços tenham distribuído, inclusive os serviços do Grupo Parlamentar, não é um ofício do Presidente da CAPAT. A iniciativa a que eu me referi é o Projeto de Resolução n.º 34/X, que tem por epígrafe “Defesa dos interesses dos Açores...”

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Leia!

**O Orador:** ... na gestão e ordenamento do espaço marítimo português”, que foi apresentado na sequência da primeira versão da proposta de Lei de Bases do Ordenamento do Espaço Marítimo...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o que é que dizia?

**O Orador:** ... pelo Partido Socialista e que foi aprovado, nesta Casa, por unanimidade.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Leia o que propunha!

**O Orador:** Eu não tenho aqui o que é que propunha, mas foi aprovada por unanimidade. Muito bem.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Propunha o que o Sr. Deputado Paulo Estevão acabou de ler.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Sra. Deputada graça Silveira, dispõe apenas de...

Uma interpelação? Tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de informar que farei chegar à Mesa o acórdão do Tribunal Constitucional onde é dito claramente o seguinte, em resposta àquilo que foi dito, que o vazio legal era uma expressão abusiva e em que diz o seguinte: “Isto significa que o legislador...

**Presidente:** Sra. Deputada, não pode ler... Sabe que a interpelação...

**A Orador:** Então, farei chegar à Mesa o acórdão do Tribunal Constitucional onde é dito claramente que existe um vazio legislativo nesta matéria. Portanto, não é opinião do CDS.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Isso não é uma interpelação à Mesa!

**Presidente:** Depois de recebido, será, então, distribuído por todos.

Pergunto mais uma vez se há inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quanto tempo tenho?

**Presidente:** Um minuto.

Então, tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu julgo que fica claro quem defende a autonomia, quem defende o aprofundamento da autonomia passando pela defesa dos nossos mares, quando, ontem, foi aprovada, aqui, e bem, matéria sobre a fiscalização da Zona Económica Exclusiva, fundamental, e era fundamental também que aprovássemos esta resolução para defender.

Mas, muito em breve, o Governo virá com propostas nessa matéria. Portanto, estamos a perder um tempo precioso, tão precioso quanto o nosso mar e que o Governo entende, o Partido Socialista, neste caso, não fazer. Mas o CDS, juntamente com o PPM, orgulha-se de, hoje e aqui, termos feito essa proposta e

que não era uma proposta de uma mera reunião de trabalho em Lisboa, tal qual era a do Partido Socialista. Esta é uma proposta com substância,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... séria, efetiva para desenvolver os Açores, e o desenvolvimento dos Açores não passa pela criação de cargos e tachos e tachinhos; o desenvolvimento dos Açores passa pela defesa da nossa economia, do nosso mar, da nossa agricultura, das nossas pescas e dos açorianos, de uma maneira geral.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes das Deputadas da bancada do CDS-PP:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que vergonha!

**Secretária:** O projeto de resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 20 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Concluído que está este ponto, vamos então avançar com a nossa Agenda.

Entramos no ponto 16: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 153/X**, que eu vou-me abster de ler o título da iniciativa, porque é um pouco extenso.

Para justificar a urgência, tem a palavra, por parte do PSD, o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Atendendo às dificuldades que nós todos conhecemos que o setor agrícola atravessa no nosso país e principalmente na nossa região, esta é uma proposta que pretende a prorrogação da suspensão dos pagamentos à Segurança Social dos produtores agrícolas, tal como tinha sido definido pelo anterior Governo da República, de forma a permitir a revisão em baixa da taxa contributiva e eventual fixação de um teto máximo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à iniciativa do PSD, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda perfeitamente com esta matéria, mas, no entanto, entendemos que a mesma deve baixar à Comissão. Devem ser ouvidos os parceiros sociais, entre outros, devem ser ouvidos...

*(Aparte inaudível da Câmara)*

**O Orador:** Nós concordamos...

Peço desculpa! Eu vou repetir.

Relativamente a esta matéria, o Partido Socialista concorda com a iniciativa, mas entende que a mesma deve baixar à Comissão. Entendemos que devem ser ouvidos os parceiros sociais, nomeadamente as associações dos produtores. Há matéria aqui que entendemos que deve ser refletida e mais aprofundada, até porque, como sabem, os dois partidos aqui em questão, deram entrada na

Assembleia da República dois projetos de resolução, um do PSD e um do CDS-PP, e sendo que os dois são mais abrangentes do que temos aqui entre mãos.

Portanto, resumindo, concordamos com a iniciativa, mas a mesma deve baixar à Comissão, por aquilo que eu já disse.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 26 votos contra do PS; 18 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Sr. Deputado Renato Cordeiro, pede a palavra para uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para ficar registado a falta de conhecimento e a falta de acompanhar as dificuldades que a nossa agricultura tem sentido por parte do Partido Socialista. Apenas isso.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Parreira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer também que o Partido Socialista está muito atento a tudo o que se passa na sua região, no continente. Temos a consciência da iniciativa, do que

está em questão, mas entendemos que temos que fazer um trabalho em condições, um trabalho sério e ser apresentado aqui um trabalho condigno, na Assembleia, e não um projeto de resolução feito à pressa, onde eu acho que ele está muito incompleto.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 18 da nossa Agenda: **Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 154/X – “Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(\*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência desta iniciativa, inicialmente apresentada pelo PSD, mas agora subscrita por todos os partidos da oposição, fundamenta-se em três ordens de razões.

Em primeiro lugar, porque é urgente que o Parlamento dos Açores dê o seu contributo aos problemas e ao clamor que se ouve do setor relativamente ao momento difícil que atravessa e, portanto, achamos que o Parlamento deve dar o seu contributo na busca de soluções para esses problemas.

Em segundo lugar, porque também entendemos que é urgente encontrar soluções para compensar os nossos pescadores pelo período de defeso da pesca do goraz, que vigora, na região, atualmente.

Em terceiro lugar, porque, para além de garantir um presente com dignidade e com rendimentos ao nosso setor, é importante e urgente garantir a sustentabilidade dos nossos recursos, e daí que apresentemos este projeto de resolução com pedido de urgência, mas sem dispensa de exame em Comissão, porque entendemos também que, apesar dessa urgência, é importante ouvir o

setor, o próprio Governo, a Universidade dos Açores, para abrirmos um espaço de diálogo que possa ser importante na busca das melhores soluções e nos empenharmos todos para que, no próximo mês, trabalhemos esta matéria e, no próximo Plenário, possamos debater e decidir com melhor fundamentos sobre a mesma.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista está e estará sempre disponível para discutir, com ou sem urgência, os problemas que afetam ou possam afetar todos os setores da nossa sociedade, desde a área económica até a área social, de uma forma séria e, sobretudo, de uma forma responsável.

Existe uma notória redução de capturas dos demersais de profundidade, nos últimos anos, e, identificado o problema, é preciso concertar posições para o tentar resolver e, quando assim é, todos os contributos que vierem por bem são bem-vindos.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** No entanto, não podemos deixar de referir o esforço que tem sido feito para minimizar os impactos para a fileira da pesca pela redução da quota do goraz.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Esforços, quais?

**O Orador:** Estamos disponíveis, não para começar, mas para continuar a debater este e outros temas com os legítimos representantes dos pescadores, dos armadores, dos comerciantes,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isto é a urgência, Sra. Presidente!



**O Orador:** ... de outros trabalhadores do setor e também da comunidade científica.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Discuta a urgência!

**O Orador:** Por isso, vamos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos. Regressamos às 15 para continuarmos os pontos que faltam da nossa Agenda.

*Eram 12 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Muito boa tarde. Agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 08 minutos.*

Muito boa tarde novamente.

Entramos agora no ponto 19 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 155/X – “Pronúncia**

sobre a utilização civil e comercial da Base das Lajes”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Relativamente ao pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, eu julgo que não será preciso aduzir muitos argumentos, uma vez que todos nós constatamos o facto de que há necessidade, relativamente à utilização pela aviação civil e comercial na Base das Lajes, que se ultrapassem alguns constrangimentos de modo a que a coexistência entre a operação militar e a operação civil e comercial possa decorrer com normalidade, não afetando, portanto, a aviação civil e comercial, digamos, mais do que aquilo que é habitual e que é compreensível visto tratar-se de uma base militar.

E, portanto, há necessidade que este Parlamento possa tomar esta iniciativa e outras iniciativas que possam levar a que aconteça a reposição da normalidade para a utilização daquela infraestrutura aeroportuária, tão importante para os Açores e, em particular, para a ilha Terceira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado, dou novamente então a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires, agora para apresentar este projeto de resolução.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta iniciativa do PCP, uma pronúncia por iniciativa própria da Assembleia sobre a utilização civil e comercial da Base das Lajes, visa recomendar ao Governo da República que adeque e flexibilize os regulamentos militares que têm, eventualmente, causado alguns constrangimentos, ou, pelo menos, a sua interpretação, conhecidos e que não vou aqui elencar, à operação civil e comercial. Julgamos que isso é possível, até porque há um histórico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, em que nas mesmas infraestruturas aeroportuárias coexistem pacificamente a operação militar e a operação civil e comercial. E, portanto, designadamente no nosso país, no caso de Beja ou mesmo no caso até do aeroporto da Portela, que tem também uma valência militar, mas se olharmos para a Europa, por exemplo, o aeroporto de Frankfurt já foi utilizado e coexistia pacificamente com uma base aérea com uma operação civil num aeroporto que tem uma dimensão, com um movimento substantivamente diferentes até daqueles que se verificam na ilha Terceira.

E, portanto, parece-nos a nós que é perfeitamente possível essa conciliação, haja vontade para que isso venha a acontecer.

E, portanto, Sra. Presidente, eu, para já, e nesta primeira intervenção, penso que não há necessidade de aduzir mais nenhum argumento, até porque, na manhã de terça-feira passada, esgrimimos aqui um conjunto de argumentos à volta deste mesmo assunto e, não querendo esgotar o assunto, é claro, mas julgo que, para já, é suficiente para a apresentação deste projeto de resolução do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Estamos em processo legislativo comum, podem inscrever-se as vezes que quiserem, por isso, agradeço que se inscrevam.

*(Pausa)*

Não havendo inscrições, eu vou passar à votação.

Não há inscrições, vamos votar.

Vamos votar.

Eu lamento. Eu disse várias vezes que se não houvesse inscrições... Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O projeto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, apenas para me congratular pela unanimidade que esta iniciativa recolheu.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Julgo que é mais um contributo que este Parlamento dá em defesa dos interesses do desenvolvimento da RAA e, neste caso em particular, da ilha Terceira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

(\*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo.

O PSD votou favoravelmente esta resolução apresentada pelo Partido Comunista Português pelas razões que já aqui foram apresentadas e discutidas, na passada terça-feira, e porque entende que a resolução deste problema é fundamental para que a economia da Terceira, que se encontra num processo tão debilitado, possa voltar a seguir o caminho do desenvolvimento que a redução do efetivo militar da Base das Lajes veio pôr a nu o seu declínio atual.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** O Partido Socialista entende que a questão dos constrangimentos que se tem colocado recentemente à Base das Lajes, efetivamente, é uma questão que urgia uma tomada de posição. O próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista, recentemente, solicitou a audição do Sr. Comandante da Zona Aérea, em sede de Comissão, para se esclarecerem todas as questões, e, portanto, naturalmente o nosso voto foi no sentido de ver com bons olhos esta iniciativa, que permitirá contornar, esperemos nós, e resolver os impedimentos e os constrangimentos que, sobretudo, de forma mais incisiva, recentemente, tem havido relativamente à utilização civil da Base das Lajes.

Como sabemos, a utilização civil corresponde a cerca de 75% do movimento aéreo, o que é muito significativo, e que urge, ao contrário do que aconteceu por sucessivos Governos da República de inação neste particular, que haja agora uma ação incisiva que esta iniciativa, a par da que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomou, da audição do Sr. Comandante, virá certamente facilitar.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM não participou no âmbito do debate desta questão uma vez que esta questão...

**Deputado Francisco César (PS):** Não queria fazer campanha eleitoral!

**O Orador:** ... estava absolutamente consensualizada e a posição dos partidos era conhecida, desde terça- feira, no âmbito da discussão que aqui foi feita, no âmbito da sessão de perguntas promovida pelo CDS-PP.

**Deputado André Bradford (PS):** Não seja eleitoralista, Sr. Deputado!

**O Orador:** Sendo assim, nós votámos favoravelmente...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e reafirmamos as posições que aqui defendemos, na terça-feira. Portanto, isto era um debate já feito, já realizado e o nosso posicionamento em relação a esta questão já era conhecido e por isso nós votámos favoravelmente esta iniciativa, com os argumentos que são os argumentos que nós utilizámos, na terça-feira.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: O CDS-PP votou favoravelmente esta iniciativa, aliás, na sequência e na esteira daquilo que tem sido e daquilo que foi a sessão de perguntas do CDS, esta semana, trazendo o tema a este debate, e, portanto, era uma iniciativa absolutamente inócua, que não merecia sequer qualquer debate, porque não trazia qualquer contributo adicional ao que foi aqui discutido, durante esta semana, tirando a sua inocuidade, e, portanto, o seu aproveitamento político, de resto. Mas de todo o modo, e indo de acordo àquilo que o CDS defende para uma base e defendendo sempre, naturalmente, o estatuto daquela base militar, uma base NATO, ao contrário do Partido Comunista Português, nós, com

certeza, que votámos favoravelmente essa matéria, na convicção que vem na esteira daquilo que, há muito, o CDS defende, não de agora, desde há muito tempo, e, sobretudo, na nossa sessão de perguntas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Não havendo, vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos no ponto 21 e último da Agenda: **Pedido de Urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X – “Reformas Antecipadas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para a justificação da urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretários:

Aquando do Plano e Orçamento para 2016, o CDS-PP apresentou uma proposta de reforço à medida 2.2.7, “Modernização das explorações agrícolas”, em que esta medida fazia um reforço às reformas antecipadas. Quando a região decidiu modernizar a sua agricultura, fez uso de uma série de fundos comunitários que permitiam este rejuvenescimento e reformulação da nossa estrutura agrícola, e uma delas era exatamente as reformas antecipadas.

No entanto, com o fim do anterior Quadro Comunitário de Apoio, deixou de ser possível fazer o pagamento das reformas antecipadas com fundos comunitários e, neste sentido, o CDS-PP, porque considera que esta é uma medida importantíssima, que deveria ser feito com orçamento próprio da região, o qual foi aprovado por unanimidade, já passou praticamente um ano do fim das quotas leiteiras, existe verba no Orçamento para 2016 para este fim e, portanto, nós consideramos que é urgente que se defina o quadro legal para atribuição destas reformas antecipadas, que é a proposta que o CDS traz, hoje, aqui, um decreto legislativo regional, que faz o enquadramento jurídico para atribuição das reformas antecipadas.

Muito obrigada.

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Parreira, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, relativamente ao projeto apresentado pelo CDS-PP, ele é pertinente e complexo, no entanto, nós entendemos que não se justifica a sua urgência. Portanto, entendemos que o projeto deve ser analisado e debatido em Comissão. Ou seja, no pedido de urgência apresentado pelo CDS-PP,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mas propomos que vá para a Comissão!

**Deputada André Bradford (PS):** Será analisado com calma!

**O Orador:** ... o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que não há tempo útil para o aprofundamento que este assunto merece.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Deve ser discutido e debatido e estamos prontos para isso. Como tal, votaremos contra a urgência.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:



O Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente a urgência, uma vez que até o próprio Governo, no Plano e Orçamento, mostrou um programa de reestruturação e reforço do setor leiteiro, que, ainda hoje, não vimos nada a este respeito e, face à situação em que o setor se encontra, era urgente a entrada desta proposta.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que, no entendimento do Bloco de Esquerda, evidentemente que esta iniciativa não precisa de continuar a marinar, uma vez que o problema fundamental, que é uma questão financeira (é sempre o problema fundamental), está absolutamente resolvido desde que nós aprovámos, nesta Casa,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... o Plano e Orçamento para 2016.

Portanto, o que não se compreende é que como, desde novembro até agora, ainda não houve, da parte do Governo Regional,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Orador:** ... a regularização, a regulação e, portanto, a iniciativa legislativa que diga como é que esse dinheiro vai ser distribuído em favor dos nossos agricultores para as suas respetivas reformas antecipadas.

Portanto, dizer que isto não é urgente e que pode continuar a marinar em sede de Comissão é absolutamente incompreensível,...

**Deputado André Bradford (PS):** Sra. Deputada, isso é uma desvalorização do trabalho parlamentar feito em Comissão!

**O Orador:** ... daí que o Bloco de Esquerda vá votar favoravelmente a urgência.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A proposta do CDS-PP é no sentido... Não pareceu, da parte do Partido Socialista, que houve um entendimento correto desta iniciativa. Ou seja, a iniciativa será analisada em Comissão, o que se pede é que esta análise seja célere, tendo em conta que, em princípio, nos unem os objetivos que se pretendem atingir com esta iniciativa e outra coisa que é fundamental é que já existe a disponibilidade no Orçamento para a poder executar.

Portanto, o que se pretende com esta iniciativa é celeridade na resolução desta questão. E, portanto, não se compreende a posição do Partido Socialista em relação a esta matéria, a menos que aqui pudesse levantar uma série de obstáculos, o que é que não concordam ou quais são as questões que vos levantam dúvidas. Não foi esse o caso. O Partido Socialista não apresentou nenhuma dúvida em relação a esta matéria, não questionou absolutamente nada, então não se percebe...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Não estamos discutir a iniciativa!

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Isto é a urgência!?

**Deputado Francisco César (PS):** Estamos a discutir a urgência!

**O Orador:** ... por que é que esta questão não deve ser debatida no âmbito da Comissão com celeridade para resolver o problema, e resolver o problema depressa, que é isso que se pretende e é isso que os agricultores, com certeza, pretendem também.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** Não faz a mínima ideia do que está a falar!

**O Orador:** Obrigada, Sr. Deputado.

E, por fim, Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai aprovar o pedido de urgência solicitado pelo CDS, até porque, como já foi dito anteriormente, mas convém reforçar, este assunto tem o financiamento alocado em sede de Plano de Investimentos para o ano 2016 e, portanto, não se vê qual a necessidade de ficar a repousar na Comissão, não se sabe muito bem quanto tempo, embora me pareça também o seguinte: que o CDS-PP, mais uma vez, vem a correr atrás do prejuízo, uma vez que quando foi para defender os agricultores, onde os devia ter defendido, vendeu-os e agora vem apenas com uma proposta de derramar dinheiro para cima de um problema.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 17 a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 1 do BE; 1 do PCP; 1 do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

É efetivamente lamentável que o PS venha agora, aqui, dizer aos agricultores açorianos que considera que não é urgente resolver o problema das reformas antecipadas. Criaram as reformas antecipadas, há 10 anos, quando não havia o

fim das cotas leiteiras. Todos nós sabemos que o setor passa por momentos muito difíceis,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Orador:** ... que as reformas antecipadas são uma coisa que os açorianos que trabalham na agricultura sempre pediram para continuar,...

**Deputado André Bradford (PS):** Isso é uma declaração sobre o seu voto, não é sobre o voto dos outros!

**A Orador:** ... os senhores já deram sinal que estão disponíveis aprovando a verba para as reformas antecipadas e agora, quando o CDS...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**A Oradora:** ... traz a este Plenário uma proposta para criar o quadro legal para que os agricultores possam efetivamente receber as reformas antecipadas, consideram que não é urgente.

Sr. Deputado...

**Presidente:** Sra. Deputada Graça, Silveira, está a fazer declaração do voto da vossa bancada.

**A Oradora:** É verdade! Tem toda a razão, Sra. Presidente!

Nós consideramos que deve ir, efetivamente, à Comissão, mas consideramos que deve ir à Comissão com urgência para que este documento seja analisado com cuidado. Não percebemos como é que o PS considera que não é urgente que isso seja definido.

Isso levanta suspeita de começarmos a achar que o PS e o Governo aprovaram verba para as reformas antecipadas...

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Explique o seu sentido de voto. Para explicar o do PS, estamos cá nós!

**Presidente:** Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... e que, afinal, vão querer utilizar essas verbas para outros fins, como, de resto, tem vindo a ser apanágio de V. Ex.<sup>as</sup>.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É o Governo mais uma vez a não cumprir e a não ser sério!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tem razão!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para deixar aqui registado, e oxalá que a lavoura assistisse a isso, que isto é...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... o PS no seu melhor, que em vez de resolver...

**Presidente:** Sr. Deputado Renato Cordeiro, tenho que lhe fazer a mesma advertência que fiz à Sra. Deputada Graça Silveira.

**O Orador:** Exatamente!

**Presidente:** A declaração de voto é para justificar o vosso voto.

**O Orador:** O nosso voto era que em vez de nós adiantarmos os problemas para a frente, para quando são mais favoráveis, devem ser resolvidos com a sua devida urgência.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra a urgência, porque as questões das reformas antecipadas são mais complexas do que aquilo que os Srs. Deputados da oposição que falaram, neste momento, querem fazer crer.

A proposta apresentada pelo CDS-PP, nesta Casa, é uma cópia das reformas antecipadas...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não é, não! Não leu como deve ser!

**O Orador:** ... que vinha de trás. Neste momento, há que definir muito bem os critérios, os novos critérios que vão estar subjacentes às novas reformas. É isso que tem de ser discutido, e com esta urgência, e sendo discutido em Comissão, nós teríamos que trazer esta iniciativa ao próximo Plenário,...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Claro!

**O Orador:** ... não havendo tempo suficiente...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é verdade!

**O Orador:** ... para debater esses critérios junto dos agricultores, junto da lavoura, junto das associações.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**O Orador:** E é por esse motivo que nós votámos contra esta urgência.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Os lavradores vão à Comissão dizer que não querem!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isto não é uma declaração de voto!

**O Orador:** E, Sra. Presidente, deixe-me só esclarecer.

**Deputado Paulo Parece (PSD):** Isso não é declaração!

**O Orador:** A reforma antecipada consta no Plano no ponto 2.2.7...

**Presidente:** Sr. Deputado!

**O Orador:** ... por iniciativa do Partido Socialista e do Governo dos Açores.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Tenham calma! Tenham calma! A Mesa... Sras. e Srs. Deputados! Não me obriguem a ter que fazer um intervalo! Não me obriguem a ter que fazer um intervalo!

Sr. Deputado Duarte Moreira, tenho também que lhe fazer a advertência que está a fazer declaração de voto e,...

**O Orador:** Estou a justificar o nosso voto!

**Presidente:** ... como tal, a justificação tem que se prender em relação à matéria em causa.

**O Orador:** Estou a justificar o nosso voto!

E votámos contra a urgência também, porque esta medida das reformas antecipadas, ao contrário do que foi dito pela oposição, consta do Plano na medida 2.2.7,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, ele insiste!

**O Orador:** ... o que demonstra claramente que o Partido Socialista quer aplicar as reformas antecipadas...

*(Burburinho geral)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** ... e quer discuti-las em Comissão, mas tem que as discutir e tem que aprovar uma iniciativa que vá ao encontro das necessidades de hoje,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E a meloa de Santa Maria!

**O Orador:** ... não das necessidades de há dois ou três anos, quando estavam em vigor as anteriores reformas antecipadas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tirando a desobediência do Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Efetivamente, para fazer uma declaração de voto.

Nós votámos a favor da urgência, porque a urgência permitia que fossem auscultados, em sede de Comissão, os diversos intervenientes, e esta urgência tem uma justificação...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Duarte Moreira (PS):** O senhor não sabe o que é uma reforma antecipada e não sabe os critérios que lhe estão subjacentes!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está no uso da palavra!

*(Diálogo entre os Deputados Duarte Moreira e Artur Lima)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados!

**O Orador:** Eu não sei porquê, calha-me sempre a mim, quando falo!

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** O senhor lá saberá!

**O Orador:** Sra. Presidente, eu já referenciei aqui que, de facto, permitia o debate alargado junto dos diversos intervenientes e o segundo fator essencial que explica a nossa votação favorável é que que, de facto, esta questão, para quem considera que é de grande complexidade, então, do que é que estão à espera? Se é assim tão complexa, se exige um trabalho técnico tão apurado, o que causa enorme estranheza é que nada tenha sido feito até ao momento.

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Vai baixar à Comissão, vai ser discutido!

**O Orador:** Ou seja, este é que é o argumento fundamental. Então, se é tão complexo, é necessário tantas horas de estudo, uma análise tão aprofundada, então e estes meses todos perdidos foram para quê? Estão à espera do dinheiro? Não, o dinheiro já está acautelado. Então, estamos à espera do quê, meus senhores? Estamos à espera que falte um mês para as eleições? Estamos à espera que falem 15 dias para as eleições? Oh, meus senhores,...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**O Orador:** Termina, Sra. Presidente, porque, a partir daqui, já percebo que não consigo falar mais.



Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Julgo não haver.

Está terminada, então, a nossa Agenda. Falta-me ler a proposta de deliberação final.

A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Estão encerrados os trabalhos. Muito obrigado a todos. Um bom regresso a casa.

*Eram 15 horas e 36 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Iasalde Fraga Nunes**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

### Documentos entrados

#### 1 – Projeto de Decreto-Lei:

**Assunto:** Que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 91/2013, de 10 de julho, e 176/2014, de 12 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário - ME - (Reg. DL 43/2016) – n.º 214/X

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Comissão:** Assuntos Sociais

**Data limite do parecer:** 2016 – 02 – 24.

#### 2 – Projeto de Lei:

**Assunto:** Alargamento da competência inspetiva da ACT na Função Pública – n.º 132/XIII/1.ª (BE) - n.º 229/X

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 17

**Comissão:** Política Geral

**Data limite do parecer:** 2016 – 03 – 08.

#### 3 – Proposta de Lei:

**Assunto:** Alteração ao Código de Processo Civil e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário - n.º 228/X - n.º 14/XIII/1.ª (ALARM).

**Proveniência:** Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 12

**Comissão:** Política Geral

**Data limite do parecer:** 2016 – 03 – 02.

#### **4 – Projeto de Proposta de Lei:**

**Assunto:** Que altera o regime de acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, e que transpõe para a ordem jurídica interne a Diretiva n.º 2013/37/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a Diretiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003 - PCM (MPMA) - (Reg. PL 13/2016).- n.º 213/X

**Proveniência:** Presidência do Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Comissão:** Política Geral

**Data limite do parecer:** 2016 – 02 – 24.

#### **5 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade - n.º 67/X](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão.**

#### **6 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Reformas antecipadas - n.º 63/X](#)

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 17

**Pedido de urgência.**

**7 – Projetos de Resolução:**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo da República a prorrogação da medida de dispensa do pagamento de contribuições para a segurança social, relativamente aos produtores de leite de vaca cru, respetivos cônjuges e trabalhadores, e a revisão em baixa da taxa contributiva e eventual fixação de teto máximo de contribuição a cargo dos produtores agrícolas e respetivos cônjuges cujos rendimentos provenham única e exclusivamente do exercício da atividade agrícola, e das entidades empregadoras, na parte que lhes cabe quanto aos trabalhadores ao seu serviço, relativamente a atividades agrícolas – n.º 153/X](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16

**Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;**

**Assunto:** [Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca – n.º 154/X](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16

**Pedido de urgência.**

**Assunto:** [Pronúncia sobre a utilização civil e comercial da Base das Lajes – n.º 155/X](#)

**Proveniência:** PCP

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 17

**Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;**

**8 – Anteproposta de Lei:**

**Assunto:** [Regime de responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região](#)

[Autónoma dos Açores, pelo Serviço Nacional de Saúde e consagração do princípio da reciprocidade - n.º 19/X](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 12

**Pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão.**

### 9 – Petições:

**Assunto:** [A Saúde nos Açores. Um direito! – n.º 44/X](#)

**Proveniência:** Octavio Manuel de Oliveira Rego – Comissão Ajuda-me a Viver

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Comissão:** Assuntos Sociais para Admissibilidade;

**Assunto:** [Para a construção de novas instalações da EBI de Capelas – n.º 45/X](#)

**Proveniência:** Noemia Lima Ventura

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16

**Comissão:** Assuntos Sociais para Admissibilidade.

### 10 – Requerimentos:

**Assunto:** [Protocolo de manutenção, utilização e gestão do Polidesportivo do Corvo celebrado entre a Câmara Municipal do Corvo e o Governo Regional](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 12

**Referência:** 54.07.09 – N.º 513/X;

**Assunto:** [Classificação das Danças e Bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira](#)

**Autores:** Judite Parreira, Luís Rendeiro e Paulo Ribeiro (PSD)

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Referência:** 54.03.03 – N.º 514/X;

**Assunto:** [Abertura do processo concursal para admissão de um Fisioterapeuta para a Unidade de Saúde da Ilha do Corvo](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Referência:** 54.07.09 – N.º 515/X;

**Assunto:** [Bloqueio à disponibilização dos conteúdos e informações do "Jornal Oficial Eletrónico da RAA" no Google](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Referência:** 54.07.00 – N.º 516/X;

**Assunto:** [Execução do Roteiro Cultural dedicado à vida e obra de Carlos Nascimento](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Referência:** 54.07.09 – N.º 517/X;

**Assunto:** [Grau de execução da Resolução, aprovada pela Assembleia Legislativa da RAA, a respeito da "elaboração de um Atlas do Património Imaterial dos Açores"](#)

**Autor:** Paulo Estêvão (PPM)

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Referência:** 54.07.00 – N.º 518/X.

## **11 – Respostas a Requerimento:**

**Assunto:** [A "Livre Escolha" do Governo Regional na Contratação Pública](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 12

**Referência:** 54.03.03 – N.º 470/X;

**Assunto:** [Evacuação de sinistrados na Graciosa demorou cerca de 8 horas](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15

**Referência:** 54.03.04 – N.º 468/X.

## **12 – Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Exposição da Cooperativa Porto de Abrigo

**Proveniência:** Cooperativa porto de Abrigo - Organização de Produtores da Pesca

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 12;

**Assunto:** Ofício de agradecimento pelo envio do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Grupo Sata

**Proveniência:** O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, António Francisco Martins

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 12;

**Assunto:** Ofício de agradecimento pelo envio dos Votos de Pesar - Monsenhor Agostinho e Monsenhor Júlio da Rosa

**Proveniência:** O Con. Vigário-Geral, Hélder Manuel Cardoso de Sousa Mendes, Cúria Diocesana de Angra do Heroísmo

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15;

**Assunto:** Ofício de Agradecimento – pelo envio de Voto de Pesar pelo falecimento de Natália Tomás de Medeiros de Almeida

**Proveniência:** Luís Pereira de Almeida em representação da Família

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16;

**Assunto:** Ofício a remeter remessa de relatório aprovado n.º 01/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-407VIC3)

**Proveniência:** Secção Regional do Tribunal de Contas

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16;

**Assunto:** Ofício a enviar Declaração e Protocolos de Colaboração entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo Regional dos Açores

**Proveniência:** Gabinete do Presidente do Governo Regional dos Açores

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 17;

**Assunto:** Ofício a comunicar que foi enviado para Publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016 - “Primeira alteração ao DLR n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime do Fundo de Compensação salarial dos profissionais da pesca dos Açores – FUNDOPESCA”

**Proveniência:** Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 17.

### **13 – Relatórios:**

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRA](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 17;

**Assunto:** [Projeto de Lei – Alarga a oferta de serviços de programas na TDT, garantindo condições técnicas adequadas e o controlo do preço – n.º 213/X - n.º 98/XIII/1.ª \(BE\)](#)



**Proveniência:** Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16;

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRA](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15;

**Assunto:** [Projeto de Lei– Inclusão de opção vegetariana em todas as cantinas públicas – n.º 222-AR - n.º 111/XIII/1.ª \(PAN\)](#)

**Proveniência:** SubComissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15;

**Assunto:** [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRA](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16;

**Assunto:** [Projeto de Resolução n.º 144/X – Recomenda ao Governo Regional a Criação da oferta curricular da Educação Pré-Escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 16.

**Assunto:** [Projeto de Lei – Procede à alteração da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos – n.º 216-AR n.º 103/XIII/1.ª \(PAN\)](#)

**Proveniência:** SubComissão de Economia

**Data de Entrada:** 2016 – 02 – 15.

**14 – Diários:**

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.ºs 119, 120, 121 e 122 bem como a Separata n.º 12/X.

A redatora: *Sónia Nunes*